

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Fortaleza, abril de 2016



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Sumário

| | |
|---|-----|
| Descrição Geral, Missão, Finalidade e Competências | 3 |
| Estrutura Organizacional..... | 7 |
| Estratégia..... | 8 |
| Projetos Estratégicos | 27 |
| Relatório de Gestão 2015 | 35 |
| Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa | 183 |
| Recursos Orçamentários e Financeiros | 185 |
| Recursos Patrimoniais..... | 188 |
| Infraestrutura | 189 |
| Quadro de Pessoal..... | 206 |
| Indicadores de Gestão e de Desempenho..... | 207 |
| Transferências de Recursos mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Instrumentos Congêneres outros..... | 266 |



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1. DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124, da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

1.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 56 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 12.342/1994), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 173 varas, das quais 34 são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Trânsito, Delitos sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95 e Lei Estadual nº 12.553/95. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na comarca de Fortaleza, existem 20 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 17 unidades podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação,



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2. MISSÃO

O Poder Judiciário cearense tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

3. FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4. COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

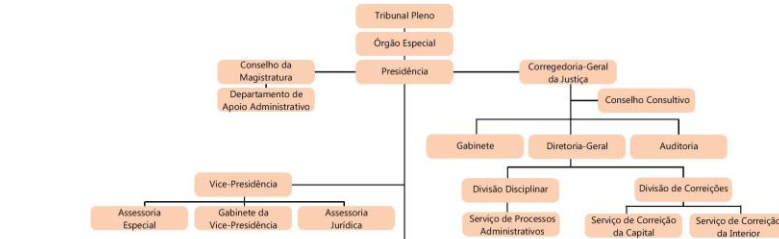
As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



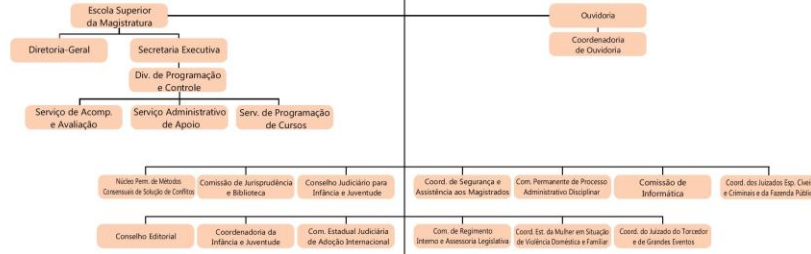
Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

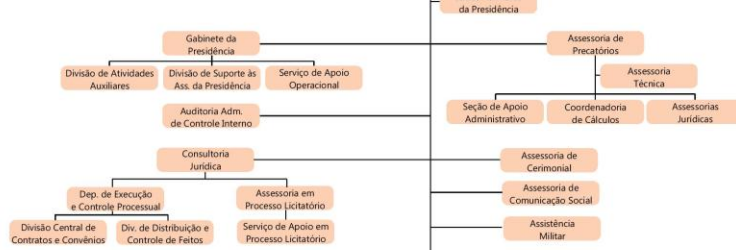
I - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR/CONTROLE INTERNO DA FUNÇÃO DISCIPLINAR, JURISDICIONAL E ADMINISTRATIVO



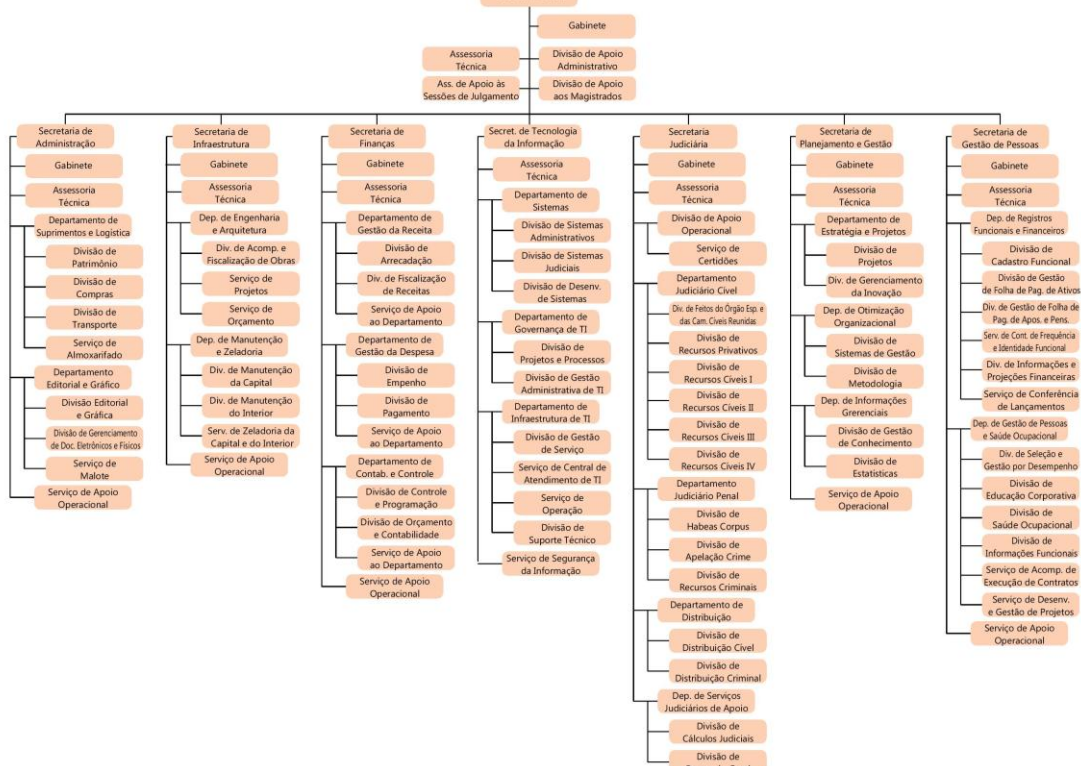
II - ADMINISTRAÇÃO DESCONCENTRADA E ÓRGÃOS PERMANENTES



III - UNIDADES DE ASSISTÊNCIA E APOIO IMEDIATO E CONTROLE INTERNO



IV - DIREÇÃO E GERENCIAMENTO SUPERIOR





Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 11 (onze) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade) e 3 (três) temas (Diálogo com a Sociedade, Desjudicialização de conflitos, Gestão eficiente e participativa). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça



I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça.

II - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Probidade; e
- Meritocracia.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três temas:

a) Diálogo com a Sociedade:

1. Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
2. Intensificar a interlocução com a Sociedade.

b) Desjudicialização de conflitos:

1. Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

2. Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.
- c) **Gestão eficiente e participativa:**
1. Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
 2. Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
 3. Aprimorar a Governança Judiciária;
 4. Garantir a infraestrutura adequada;
 5. Aprimorar a Gestão de Pessoas;
 6. Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 7. Garantir a sustentabilidade financeira.

V - Ficha de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020)

| Indicador 01: Índice de Eficiência | | | | | | |
|------------------------------------|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| Visão | Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça | | | | | |
| Descrição do indicador | Índice que permite a análise da eficiência dos tribunais, a partir de comparação entre o que foi produzido (produto) e o que foi gasto para produzir (insumo). Calculado pelo CNJ a partir das informações do Relatório Justiça em Números. | | | | | |
| Frequência de medição | Anual | | | | | |
| Como medir | Resultado obtido no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |
| Linha de base | 71,0% | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar para 90% a eficiência do TJCE até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 73,0% | 76,0% | 79,0% | 82,0% | 86,0% | 90,0% |
| Gestor das Metas | Presidência | | | | | |

| Indicador 02: Índice de Satisfação do Jurisdicionado | |
|--|--|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça |
| Descrição do indicador | Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o atendimento, com as instalações físicas, com a comunicação com o público externo, com a prestação dos serviços (audiências e celeridade) e com o resultado da demanda. Deverão ser consideradas as avaliações resultantes da pesquisa de satisfação geral do Poder Judiciário e das pesquisas de satisfação realizadas nas Unidades que prestam atendimento ao jurisdicionado. |
| Frequência de medição | Anual |
| Como medir | % de avaliações positivas em Pesquisas de Satisfação |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão |
| Linha de base | 47,5% |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Descrição da Meta | Elevar para 70% a satisfação do jurisdicionado até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 50,0% | 53,0% | 56,0% | 60,0% | 65,0% | 70,0% |
| Gestor das Metas | Presidência | | | | | |

| Indicador 03: Índice de acessibilidade | | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de atendimento aos critérios de acessibilidade recomendados pelo CNJ (Recomendação nº 27/2009). A Recomendação nº 27/2009 prevê 15 critérios, para o cálculo do indicador será considerado peso 4 para o critério de acessibilidade física das edificações e 1 para os demais critérios. | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | [(4 x item a + demais itens atendidos) / somatório dos pesos dos itens] x 100 | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Administração | | | | | |
| Linha de base | 11% | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 17,0% | 25,0% | 40,0% | 60,0% | 80,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Presidência | | | | | |

| Indicador 04: Número de ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão | |
|--|---|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça |
| Descrição do indicador | Mede a quantidade de ações e parcerias voltadas à facilitação e à ampliação do atendimento ao público em geral, mediante utilização dos critérios de impacto e capilaridade. Não devem ser considerados como ações/parcerias de ampliação do atendimento: projetos ainda não finalizados; ações que demandem novas ações para que tenham o efeito esperado pelo indicador; reformas de fóruns que não resultem em implantação de novas varas; ações continuadas, que foram implantadas anteriormente ao período de referência, mesmo que não tenham sido contabilizadas anteriormente. Para que seja contabilizada uma ação ou parceria, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação/parceria, informação de como contribui para a facilitação e a ampliação do atendimento ao público, o mês/ano e o local de implantação e qual a expectativa anual de público atingido. |
| Frequência de medição | Mensal |
| Como medir | Somatório do número de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Responsável pelos dados | Assessoria Institucional | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Realizar 29 ações/parcerias até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 3 | 7 | 11 | 16 | 22 | 29 |
| Gestor das Metas | Assessoria Institucional | | | | | |

| Indicador 05: Número de ações/parcerias para ampliação dos canais de comunicação com a sociedade | | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Intensificar a interlocução com a Sociedade | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede a quantidade de ações e parcerias pública e/ou privada para fins de promoção/ampliação de canais de comunicação visando à propagação de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário para a população em geral (Res. nº 85/2009/CNJ). Serão consideradas ações/parcerias que criem novos canais de comunicação ou que ampliem o raio de ação dos canais existentes. Para que seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação/parceria, informação de como promove ou amplia canais de comunicação visando à propagação de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário, o mês/ano de implantação e qual a expectativa de público atingido. | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | Somatório do número de ações e parcerias realizadas | | | | | |
| Responsável pelos dados | Assessoria de Comunicação | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Realizar 11 ações/parcerias até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 1 | 3 | 5 | 7 | 9 | 11 |
| Gestor das Metas | Assessoria de Comunicação | | | | | |

| Indicador 06: Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade | |
|--|---|
| Objetivo Estratégico | Intensificar a interlocução com a Sociedade |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de cumprimento das metas de ações de aproximação crítica do Judiciário com a sociedade civil organizada (debates, audiências públicas, fóruns sociais - permanentes ou provisórios etc.) e de participantes nessas ações e em eventos de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense |
| Frequência de medição | Mensal |
| Como medir | $\{[(n^\circ \text{ de ações executadas}/\text{meta de ações}) + (n^\circ \text{ de participantes}/\text{meta})]$ |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | de participantes)]/2} x 100 | | | | | |
| Responsável pelos dados | Assessoria Institucional | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% das metas de ações e de participantes até 2020 | | | | | |
| Metas | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Participantes | 5.000 | 8.000 | 12.000 | 16.000 | 20.000 | 25.000 |
| Ações | 2 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 |
| Metas anuais | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Gestor das Metas | Assessoria Institucional | | | | | |

| Indicador 07: Índice de extinção de punibilidade pela prescrição | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de processos com sentença de extinção da punibilidade pela prescrição na 1ª instância | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(n^{\circ} \text{ de sentenças de extinção da punibilidade pela prescrição} / \text{total de sentenças criminais proferidas}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 18,5% | | | | | |
| Descrição da Meta | Reduzir para 10% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 17,5% | 16,0% | 14,5% | 13,0% | 11,5% | 10,0% |
| Gestor das Metas | Corregedoria Geral da Justiça | | | | | |

| Indicador 08: Índice de audiências realizadas | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de audiências realizadas com base nas informações constantes dos sistemas processuais na 1ª instância | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(n^{\circ} \text{ de audiências realizadas} / \text{total de audiências agendadas}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 44,7% | | | | | |
| Descrição da Meta | Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020 | | | | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|------------------|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 48,0% | 51,0% | 54,0% | 57,0% | 61,0% | 65,0% |
| Gestor das Metas | Corregedoria Geral da Justiça | | | | | |

| | | | | | | |
|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Indicador 09: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta 1) | | | | | | |
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de distribuídos | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $[(\text{total de processos julgados} - 1) / \text{total de processos distribuídos}] \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 85,7% | | | | | |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Indicador 10: Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 2) | | | | | | |
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de julgamentos em processos antigos | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 89,6% | | | | | |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Indicador 11: Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 4) | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de julgamentos em processos relacionados à improbidade administrativa ou a crimes contra a Administração Pública | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 49,2% | | | | | |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |

| Indicador 12: Taxa de congestionamento | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 63,8% | | | | | |
| Descrição da Meta | Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 61,6% | 57,7% | 54,0% | 49,5% | 44,9% | 39,5% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |
| Cogestores por Instância | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| 2º Grau (Sejud) | 59,4% | 56,4% | 52,4% | 49,4% | 45,4% | 40,4% |
| 1º Grau (Corregedoria) | 62,0% | 58,0% | 54,0% | 49,0% | 44,0% | 38,0% |
| Turmas Recursais | 65,5% | 64,5% | 62,5% | 60,5% | 58,5% | 56,5% |
| Juizados Especiais (Corregedoria) | 59,8% | 56,8% | 53,8% | 49,8% | 45,8% | 40,8% |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Indicador 13: Taxa de congestionamento na fase de execução | | | | | | |
|--|--|-------|-------|-------|-------|-------|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de processos em fase de execução que não são finalizados no ano | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | 69,6% | | | | | |
| Descrição da Meta | Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 67,6% | 65,6% | 63,6% | 61,6% | 59,6% | 57,6% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |
| Cogestores das Metas | Magistrados a serem designados para atuar na: 1) execução judicial não criminal; 2) execução fiscal; e 3) execução extrajudicial não fiscal. | | | | | |

| Indicador 14: Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ para a área criminal | | | | | | |
|---|--|------|------|------|------|------|
| Objetivo Estratégico | Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de atendimento a recomendações e resoluções do CNJ voltadas para a área criminal. Serão consideradas as Resoluções nºs 47/2007, 59/2008, 63/2008, 66/2009, 77/2009, 87/2009, 96/2009, 101/2009, 105/2010, 108/2010, 112/2010, 113/2010, 116/2010, 128/2011, 134/2011, 137/2011, 154/2012, 162/2012 e 180/2013 e as Recomendações nºs 3/2006, 9/2007, 18/2008, 20/2008, 21/2008, 23/2009, 24/2009, 25/2009, 30/2010, 33/2010, 35/2011, 7/2012, 44/2013, 15/2014, 47/2014, 49/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça, conforme adequação a 1ª ou 2ª instâncias. | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | nº de resoluções e recomendações atendidas / total de resoluções e recomendações | | | | | |
| Responsável pelos dados | Corregedoria Geral da Justiça (1º Grau e Juizados Especiais); e Gabinete dos desembargadores das câmaras criminais (2º Grau) | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Aumentar para 15% o percentual de resoluções e recomendações atendidas até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|-------------------------|--|------|------|------|-------|-------|
| | 1,0% | 3,0% | 5,0% | 7,0% | 10,0% | 15,0% |
| Gestor das Metas | Corregedoria Geral da Justiça (1º Grau e Juizados Especiais) | | | | | |
| Cogestor da Meta | Presidente das Câmaras Criminais Reunidas (2º Grau) | | | | | |

| Indicador 15: Índice de processos estratégicos redesenhados e transformados | | | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de cumprimento das metas de redesenho e transformação de processos estratégicos (administrativos e judiciais) | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $\{ \{ [(n^\circ \text{ de proc. redesenhados}) / (\text{meta de redesenho})] + [(n^\circ \text{ de proc. transformados}) / (\text{meta de transformação})] \} / 2 \} \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020 | | | | | |
| Metas cumulativas | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Processos Redesenhadados | 2 | 6 | 10 | 14 | 18 | 22 |
| Processos Transformados | -- | 1 | 2 | 4 | 6 | 11 |
| Metas anuais | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |

| Indicador 16: Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única | | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(n^\circ \text{ de unidades contempladas} / \text{total de unidades de entrância final}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Presidência | | | | | |
| Linha de base | 8,8% | | | | | |
| Descrição da Meta | Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 17,7% | 29,4% | 44,1% | 61,8% | 79,4% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Presidência | | | | | |

| Indicador 17: Índice de unidades judiciárias com processo eletrônico | |
|---|---|
| Objetivo Estratégico | Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de unidades com processo eletrônico implantado, considerando as unidades que possuem todos os casos novos eletrônicos |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | (nº de unidades judiciárias com processo eletrônico / total de unidades judiciárias) x 100 | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |
| Linha de base | 42,3% | | | | | |
| Descrição da Meta | Obter 100% de unidades com processo eletrônico até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 43,5% | 48,6% | 54,7% | 62,8% | 81,0% | 100,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |

| Indicador 18: Índice de aderência à Avaliação da Governança | | | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Governança Judiciária | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o nível de Governança do Poder Judiciário cearense com base em instrumento de mensuração validado e reconhecido sobre Governança Pública | | | | | |
| Frequência de medição | Anual | | | | | |
| Como medir | Somatório da pontuação obtida pelo Poder nos critérios contidos no instrumento de mensuração da Governança | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o nível de prática de Governança do Poder Judiciário em 95% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | - | 50,0% | 65,0% | 80,0% | 90,0% | 95,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |

| Indicador 19: Índice de execução da estratégia | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Governança Judiciária | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o grau de execução do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário cearense | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | % cumprimento das metas institucionais | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Executar pelo menos 90% da estratégia até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 25,0% | 40,0% | 50,0% | 65,0% | 75,0% | 90,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Indicador 20: Índice de conciliações realizadas | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o número de homologações de acordo em relação ao número de processos cíveis julgados | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(n^{\circ} \text{ de sentenças de homologações de acordo} / \text{total de sentenças cíveis}) \times 100$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o índice de conciliações realizadas para 40% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 10% | 16% | 22% | 28% | 34% | 40% |
| Gestor das Metas | Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos | | | | | |

| Indicador 21: Índice de conciliações pré-processuais | | | | | | |
|--|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o quantitativo de conciliações pré-processuais realizadas | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | n° de conciliações pré-processuais realizadas no ano | | | | | |
| Responsável pelos dados | Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | - | 16% | 22% | 28% | 34% | 40% |
| Gestor das Metas | Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos | | | | | |

| Indicador 22: Taxa de Congestionamento em demandas repetitivas | |
|--|---|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de processos envolvendo demandas repetitivas que não são finalizados no ano |
| Frequência de medição | Mensal |
| Como medir | $\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$ |
| Responsável pelos dados | Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Reduzir anualmente a taxa de congestionamento em demandas repetitivas em 9% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 1,5% | 3,0% | 4,5% | 6,0% | 7,5% | 9,0% |
| Gestor das Metas | Desembargador a ser designado | | | | | |

| Indicador 23: Índice de avaliações das edificações | | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Garantir a infraestrutura adequada | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede a qualidade da infraestrutura por meio de avaliações técnicas envolvendo a segurança, as instalações físicas e o mobiliário das unidades do Poder Judiciário cearense (deverá ser considerado o critério de padronização do mobiliário), bem como dos resultados na pesquisa de satisfação com a infraestrutura envolvendo a segurança, as instalações físicas, o mobiliário e o material disponível para as atividades | | | | | |
| Frequência de medição | Anual | | | | | |
| Como medir | [[média dos índices de segurança das unidades) + (média dos índices de avaliação das edificações)+(média dos índices de avaliação do mobiliário das unidades) + 3x(resultado do índice de satisfação com a infraestrutura)] / 6 | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Administração | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 30% | 35% | 40% | 50% | 60% | 70% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Administração | | | | | |

| Indicador 24: Índice de execução dos projetos de reforma/construção de unidades | |
|--|--|
| Objetivo Estratégico | Garantir a infraestrutura adequada |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo. Serão considerados os projetos envolvendo as unidades com maior criticidade na avaliação técnica ou unidades previstas em recomendação do CNJ especificados em plano anual de reformas e construção. |
| Frequência de medição | Anual |
| Como medir | (nº de projetos concluídos ou no prazo / total de projetos de reforma e construção) x 100 |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Administração |
| Linha de base | Não Disponível |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Descrição da Meta | Elevar o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo para 90% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 60% | 65% | 70% | 75% | 80% | 90% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Administração | | | | | |

| Indicador 25: Índice de capacitação nas competências profissionais | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Gestão de Pessoas | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas, utilizando para o cálculo as definições dispostas na Res. nº 76/2009 do CNJ | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | (nº de servidores capacitados / total de servidores) | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas para 80% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |

| Indicador 26: Índice de servidores efetivos | | | | | | |
|--|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Gestão de Pessoas | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de servidores efetivos em relação à força de trabalho total, utilizando para o cálculo as definições dispostas na Res. nº 76/2009 do CNJ | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | nº total de servidores efetivos / força de trabalho total | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o índice de servidores efetivos em 55% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 50% | 50% | 53% | 53% | 55% | 55% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |

| Indicador 27: Índice de aprimoramento de magistrados | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Gestão de Pessoas | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o percentual de cumprimento das metas de cursos ofertados e de percentual de magistrados capacitados em cursos de, no mínimo, | | | | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | |
|--------------------------------|--|
| | 40h |
| Frequência de medição | Mensal |
| Como medir | {[(nº de cursos ofertados)/(meta de cursos)] + [(% de magistrados capacitados)/(meta de capacitação)]}/2 |
| Responsável pelos dados | Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará |
| Linha de base | Não Disponível |
| Descrição da Meta | Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020 |
| Metas Anuais | 2015 2016 2017 2018 2019 2020 |
| Cursos Ofertados | 15 17 19 21 23 25 |
| % de magistrados capacitados | 19% 21% 23% 25% 27% 30% |
| Metas anuais | 100,0% 100,0% 100,0% 100,0% 100,0% 100,0% |
| Gestor das Metas | Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará |

| Indicador 28: Índice de avaliação da Gestão de Pessoas | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Gestão de Pessoas | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede a melhoria na Gestão de Pessoas por meio da adequação da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas) e do resultado da pesquisa de clima organizacional | | | | | |
| Frequência de medição | Anual | | | | | |
| Como medir | (% de atendimento ao questionário Gov Pessoas + % de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional) / 2 | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 75% até 2020 | | | | | |
| Metas | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Questionário GovPessoas | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% |
| Pesquisa de Clima | 70% | 72% | 74% | 76% | 78% | 80% |
| Metas anuais | 45,0% | 51,0% | 57,0% | 63,0% | 69,0% | 75,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |

| Indicador 29: Percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho (servidores efetivos, servidores comissionados, servidores cedidos e terceirizados) | |
|--|--|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Gestão de Pessoas |
| Descrição do indicador | Mede o percentual das unidades (judiciárias e de apoio direto) que estão em conformidade com parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho |
| Frequência de medição | Anual |
| Como medir | % de unidades com a quantidade da força de trabalho em |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | conformidade com tabela de lotação paradigma | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho para 50% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 30,0% | 33,0% | 36,0% | 40,0% | 44,0% | 50,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Gestão de Pessoas | | | | | |

| Indicador 30: Índice de governança de TIC | | | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede a adequação das práticas de gestão de TIC ao instrumento de avaliação Perfil GovTI | | | | | |
| Frequência de medição | Anual | | | | | |
| Como medir | % de atendimento ao Questionário “Perfil GovTI” | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |
| Linha de base | 45,0% | | | | | |
| Descrição da Meta | Elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 50,0% | 60,0% | 70,0% | 75,0% | 85,0% | 90,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |

| Indicador 31: Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico | Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | $(\% \text{ cumprimento das metas} + \% \text{ projetos concluídos ou no prazo}) / 2$ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |
| Linha de base | 10,0% | | | | | |
| Descrição da Meta | Obter 90% de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 55,0% | 60,0% | 73,0% | 80,0% | 85,0% | 90,0% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Tecnologia da Informação | | | | | |

| Indicador 32: Índice de implantação das propostas aprovadas pelos Comitês Participativos | |
|---|---|
| Objetivo Estratégico: | Garantir a Sustentabilidade financeira |
| Descrição do indicador | Mede a implantação dos projetos aprovados pelos Comitês |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | | | | |
|--------------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Participativos | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | nº de novas propostas de projetos aprovados pela presidência / nº de novos projetos aprovados pelos comitês participativos | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão | | | | | |
| Linha de base | 29,0% | | | | | |
| Descrição da Meta | Obter anualmente, pelo menos, os percentuais de implantação de projetos definidos nas metas até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 20,0% | 30,0% | 30,0% | 30,0% | 30,0% | 30,0% |
| Gestor das Metas | Presidência | | | | | |

| Indicador 33: Índice de incremento da arrecadação | | | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico: | Garantir a Sustentabilidade financeira | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o incremento nas receitas oriundas do Fermoju | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | % de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação à arrecadação do ano base | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Finanças | | | | | |
| Linha de base | 6,0% | | | | | |
| Descrição da Meta | Aumentar em 109,3% a arrecadação em relação ao ano base até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 8,8% | 19,7% | 34,1% | 52,9% | 77,3% | 109,3% |
| Gestor das Metas | Secretaria de Finanças | | | | | |

| Indicador 34: Índice de execução do Plano de Logística Sustentável | | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Objetivo Estratégico: | Garantir a Sustentabilidade financeira | | | | | |
| Descrição do indicador | Mede o grau de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ) | | | | | |
| Frequência de medição | Mensal | | | | | |
| Como medir | % de cumprimento das metas do PLS-PJ | | | | | |
| Responsável pelos dados | Secretaria de Administração | | | | | |
| Linha de base | Não Disponível | | | | | |
| Descrição da Meta | Obter 90% de execução do plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário cearense até 2020 | | | | | |
| Metas anuais | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| | 25,0% | 40,0% | 50,0% | 65,0% | 75,0% | 90,0% |
| Gestor das Metas | Comissão de Responsabilidade Socioambiental | | | | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

VI – Lista de Programas Estratégicos

| Nº | Programa | Benefícios organizacionais |
|--|--|---|
| 1 | Ampliação da comunicação com a Sociedade | Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade |
| | | Melhoria da acessibilidade |
| | | Promoção de discussões e debates com a sociedade |
| | | Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| | | Criação da identidade visual do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| | | Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria |
| Fortalecimento da Assessoria de Comunicação | | |
| 2 | Aprimoramento da Gestão de Pessoas | Capacitação dos servidores nas competências específicas |
| | | Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados |
| | | Aprimoramento da governança em gestão de pessoas |
| | | Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho |
| Criação da Universidade Corporativa do Poder Judiciário cearense | | |
| 3 | Aperfeiçoamento da Gestão Financeira | Incremento da arrecadação |
| | | Otimização da gestão de custos |
| 4 | Desenvolvimento da Governança Corporativa | Aprimoramento do modelo de gestão |
| | | Otimização da execução da estratégia |
| | | Desenvolvimento da governança de TIC |
| | | Aprimoramento da gestão participativa |
| Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas | | |
| 5 | Melhoria da estrutura física e de TIC | Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior |
| | | Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC |
| | | Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico |
| | | Ampliação da acessibilidade física e digital |
| | | Melhoria da infraestrutura física |
| Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação) | | |
| 6 | Excelência no desempenho da prestação jurisdicional | Criação de cargo de assessor de magistrado de 1º grau |
| | | Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado |
| | | Contribuição para o cumprimento de metas nacionais |
| | | Aprimoramento da Justiça criminal |
| | | Adequação e ampliação dos Juizados Especiais |
| | | Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes |
| Aumento da efetividade na prestação jurisdicional | | |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | |
|---|---|---|
| | | Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis |
| | | Efetividade na realização das audiências |
| | | Otimização e uniformização dos serviços por especialidade |
| | | Redução das taxas de congestionamento |
| | | Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório |
| | | Ampliação das parcerias com instituições externas |
| 7 | Otimização Organizacional | Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais e administrativos |
| | | Ampliação do número de secretarias únicas |
| | | Reestruturação organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| | | Readequação das competências das varas de forma a especializá-las |
| | | Estabelecimento de sistemática para aprimorar a gestão de processos de trabalho |
| | | Padronização de procedimentos relativos à comunicação interna |
| | | Estabelecimento de sistemática para a gestão documental |
| 8 | Redução da judicialização de conflitos | Fortalecimento da oferta das soluções alternativas de conflitos |
| | | Criação de centros judiciais de soluções alternativas de conflitos |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Tabela 1: Projetos estratégicos da gestão 2015-2017

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|--|--------|--|---|
| Uniformização da Jurisprudência em Demandas Repetitivas | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Parâmetros para definição e identificação das demandas repetitivas.Minuta de resolução regulamentadora da sistemática de uniformização de jurisprudência em demandas repetitiva.Propostas de enunciados de súmulas uniformizadoras de jurisprudência em demandas repetitivas.Coleta de decisões consideradas como demandas repetitivas junto aos gabinetes dos Desembargadores. | (Indicador 22): Reduzir a taxa de congestionamento em demandas repetitivas em 9% até 2020. (Meta CNJ 2016): Meta 7 – Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas. |
| Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Reforma, estruturação e equipagem do depósito de provas bélicas (Deprob) do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB).Implantação dos cofres de segurança para a retenção das armas dos policiais e de outras autoridades com permissão legal para o porte, em visitas ao FCB, ao Palácio da Justiça Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra e aos Fóruns de Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte.Instalação de sistema de controle de acesso de veículos nos estacionamentos do subsolo do FCB.Sistema de monitoramento eletrônico com câmeras IP e central de alarmes a serem instalados no Tribunal de Justiça, FCB, Creche Escola do Poder Judiciário, Esmec, Centro de Documentação e Informação, Corregedoria-Geral da Justiça, Fórum das Turmas Recursais, Depósito Público, Projeto Justiça Já, Unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza, e botões de pânico nas varas criminais do FCB.Instalação do sistema de segurança contra incêndios e sinistros do FCB.Aquisição de armários blindados para armazenagens de provas nos fóruns das comarcas do interior. | (Indicador 23): Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|--|--------|--|---|
| Reestruturação e aprimoramento das Execuções Fiscais | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico: avaliação da atual situação das práticas gerenciais das Varas de Execuções Fiscais, detectando possíveis incongruências através de reuniões com gestores e servidores.• Apresentação e implantação de propostas de melhorias pactuadas entre as partes, inclusive com o envolvimento das Procuradorias Estadual, Municipal, (PGE e PGM) e autarquias, visando o aperfeiçoamento das práticas gerenciais.• Apresentar uma cartilha que contemple ações propostas e implementadas e projetem possibilidades para o futuro, quando de uma melhoria no quadro fiscal do Estado.• Firmar convênio simples com a PGE, PGE autarquias estaduais e municipais para possibilitar que as Varas de Execuções Fiscais e Juízes, inclusive do interior do Estado, tenham acesso ao sistema da Dívida Ativa, visando municiar o Juízo do valor atual da Certidão da Dívida Ativa, objeto da Execução fiscal em análise, que facilite as ações do jurisdicionado e do magistrado. | (Indicador 13): Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020. |
| Aprimoramento das Execuções Cíveis | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Firmar parcerias e convênios com as instituições públicas, como cartórios, prefeituras (Secretaria de finanças), Procuradorias do Estado e da União, junta comercial.• Realizar 01 mutirão de conciliação.• Elaborar Manual orientativo sobre aplicação da prescrição intercorrente e divulgar. | (Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020. |
| Garantia da Efetividade das Audiências | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Realizar diagnóstico dos motivos da não realização das audiências.• Realizar o redesenho do processo e manualizá-lo.• Implantar sistema de controle de reserva de sala de audiência. | (Indicador 08): Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020. |
| Criação das Secretarias Únicas Especializadas | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Criação de 11 Secretarias Únicas Judiciárias de 1º grau, contemplando 77 unidades judiciárias ao todo. | (Indicador 16): Contemplar 100% das unidades judiciárias das comarcas de entrância final com secretaria única até 2020. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|---|--------|---|---|
| Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (CEJUSCs) | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Criação de CEJUSCs nas Comarcas do Estado do Ceará, por meio de Portaria.• Curso de Capacitação sobre conciliação e mediação aos colaboradores que atuarão nos CEJUSCs.• Convênios com as Universidades e Centros Universitários para levantamento de estagiários/voluntários. | (Indicadores 20 e 21): Elevar o índice de conciliações realizadas para 40% até 2020; Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40% até 2020. |
| Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Elaborar manual de uniformização de procedimentos de atendimento.• Realizar treinamento sobre as técnicas de atendimento ao público para atualização e qualificação dos servidores.• Fomentar a realização de Audiências Públicas como meio de intensificar a interlocução com a sociedade. | (Indicador 02): Aumentar para 70% a satisfação do Jurisdicionado até 2020. |
| Aprimoramento da Justiça Criminal | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Aprimoramento dos procedimentos de negócios “cumprir alvará de soltura” e “requeritar preso para audiência” e implantação do processo de trabalho “cumprir mandado de citação e intimação” para a Central de Apoio a Área Criminal (CIAAC).• Implantação do Portal E-Saj e Malote Digital para remessa de documentos eletrônicos entre a SEJUS e TJCE.• Construção e implantação de Sistema de Consultas de Antecedentes Criminais Unificadas no Poder Judiciário cearense. | (Indicador 13): Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ para área criminal. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|---|--------|---|---|
| Incremento na Arrecadação do Poder Judiciário cearense | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Nova Tabela de Despesas Processuais, vigente a partir de 01.01.2016.• Integração das guias geradas nos sistemas gerenciados pela Sefin com os documentos de arrecadação – DAE da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.• Vinculação da Comissão Permanente de Monitoramento à Divisão de Fiscalização da Receita da Sefin.• Implantação do selo de autenticidade digital nas serventias extrajudiciárias do estado do Ceará. | (Indicador 33): Aumentar em 109,3% a arrecadação em relação ao ano base até 2020. |
| Sistema Único do Fermoju - SISUFERMOJU | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver Sisufermoju.• Realizar integração automática do Sisufermoju com S2GPR (sistema Sefaz) para emissão/ consulta/manutenção de DAE (Documento de Arrecadação Estadual).• Integrar a emissão de guias (GRF Extrajudicial, GRS, GRF Judicial, Guia DPC, GRFC, GRF Débito e Correição) dos sistemas ligados do Fermoju com o Sisufermoju para geração de DAE através de integração deste com o S2GPR da Sefaz.• Integrar Guia de Recolhimento Fermoju Judicial, Guia de Recolhimento Fermoju Extrajudicial de débito e correição, Guia de Recolhimento de Fiança e Guia de Recolhimento da Defensoria Pública do Ceará. | (Indicador 33): Aumentar em 109,3% a arrecadação em relação ao ano base até 2020. |
| Implantação de Identificação Visual | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Implantação de projeto de comunicação visual no Fórum da Comarca de Santa Quitéria, a título de piloto. | (Indicador 23): Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020. |
| Melhoria da Acessibilidade Física nos Prédios do Poder Judiciário cearense | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Reforma e adequação de 15 Fóruns, contemplando:<ul style="list-style-type: none">- construção de rampas de acesso;- reforma das circulações internas dos prédios;- modificação dos balcões de atendimento para alturas adequadas;- adequação dos banheiros para a acessibilidade universal;- implantação do sistema sinalização de piso;- substituição ou modificação de portas e maçanetas; | (Indicador 03): Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|---|--------|--|--|
| | | - instalação de elevadores e/ou plataformas elevatórias. | |
| Otimização da Gestão de Custos | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Ferramenta automatizada que permite a gestão dos custos de manutenção do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. | (Indicador 34): Obter 90% de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário cearense até 2020. |
| Fórum Novo de Santa Quitéria | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Obra civil do edifícioUrbanismo e Implantação da edificaçãoInstalações PrediaisClimatizaçãoMobiliário. | (Indicador 23): Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020. |
| Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Criminais | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Ferramenta de emissão on-line da Certidão Criminal unificada do Poder Judiciário. | (Indicador 4): Realizar 29 ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão, até 2020. |
| Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Manualização de procedimentos da Sejud. | (Indicador 15): Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas de processos redesenhados e transformados até 2020. |
| Instituição do Modelo de Governança do Poder Judiciário cearense | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Instalar dois comitês orçamentários para o 1º e o 2º Grau.Sistematizar o acompanhamento eletrônico anual do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE.Propor melhorias para a elevação do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE.Acompanhar a execução das melhorias propostas para a elevação do nível de capacidade de Governança Pública.Desenvolver um instrumento de reconhecimento e incentivo à excelência na gestão pelas unidades judiciais e administrativas.Apresentar proposta de novo modelo de gestão. | (Indicador 18): Elevar o nível de prática de Governança do Poder Judiciário em 95% até 2020. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|--|--------|---|--|
| Transformação de Processos Estratégicos | Ativo | <ul style="list-style-type: none">3 processos redesenhados do Programa Integra.10 processos redesenhados referentes à Baixa Processual. | (Indicador 15): Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas de processos redesenhados e transformados até 2020. |
| Melhoria das Estatísticas Processuais | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Elaborar, revisar e validar os parâmetros de extração de dados relacionados às estatísticas do “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do (CNJ), e às estatísticas forenses da CGJ.Desenvolver relatórios de metas e de taxa de congestionamento por unidade.Elaborar e disponibilizar às unidades judiciárias manuais de procedimentos para baixa processual.Capacitar diretores de secretaria e servidores em metas, indicadores estatísticos e atualizações processuais baseadas nas tabelas processuais unificadas.Expandir a ferramenta de BI (<i>Bussiness Intelligence</i>) para inclusão do indicador taxa de congestionamento e demais indicadores do Justiça em Números.Implantar rotina de certificação de cumprimento das Metas Nacionais e premiação de unidades judiciárias com melhor desempenho no indicador Taxa de Congestionamento.Automatizar as estatísticas informadas manualmente pelas unidades judiciárias (produtividade dos magistrados – Meta 7 e estatística forense da Corregedoria-Geral de Justiça), por meio da extração dos dados nos sistemas processuais. | (Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020. |
| Modernização dos Portais TJCE | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Implantação do novo Portal Intranet e Internet.Rede social corporativa do TJCE.Política de gestão de conteúdo nos sítios eletrônicos do TJCE. | (Indicador 5): Realizar 11 ações e parcerias para ampliação dos canais de comunicação com a sociedade até 2020. |
| Aprimoramento da Governança de Tecnologia da | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Definição de processos de avaliação, monitoramento e direcionamento da TIC.Realização de uma avaliação dos processos de | (Indicador 30): elevar o índice de governança de TIC |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|--|--------|---|--|
| Informação e Comunicação | | TI a partir de um modelo abrangente como o COBIT. <ul style="list-style-type: none">Elaboração de plano de projeto simplificado para o aprimoramento da maturidade entre 2017 e 2020. | em 90% até 2020. |
| Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Treinar os servidores e magistrados no sistema PJe e implantá-lo nas classes processuais de competência cível dos Juizados Especiais que tramitam nas comarcas de vara única e nas 2ª varas das comarcas do interior do Estado, totalizando 166 unidades. | (Indicador 17): índice de unidades judiciárias com processo eletrônico. |
| Comunicação de Dados | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Dotar as comarcas do interior do Estado de <i>links</i> de comunicação rápidos, modernos e confiáveis.Contratar serviços de dados interligando a sede do TJCE à sede do Fórum Clóvis Beviláqua.Realizar licitação de <i>links</i> de comunicação de dados em substituição ao Contrato da RIGAV (Convênio Etice – OI).Realizar a ampliação do contrato da rede GIGAFOR, incluindo a interligação de 61 comarcas que podem ser atendidas pelo Cinturão Digital do Ceará – CDC. | (Indicador 31): Obter 90% de execução da estratégia de TIC até 2020. |
| Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Instituir equipe multissetorial responsável pela Gestão de Segurança Corporativa da Informação.Elaborar as seguintes propostas: Política de Segurança da Informação para o Poder Judiciário Cearense; Normas e Procedimentos de Segurança da Informação para o Poder Judiciário Cearense; Plano de Continuidade de Negócios no ambiente de TI para o Poder Judiciário Cearense; Ações pertinentes à implantação e disseminação do programa pela equipe gestora; Atualização do Plano Estratégico e do Plano Diretor da TI. | (Indicador 31): Obter 90% de execução da estratégia de TIC até 2020. |
| Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Realizar ambiente piloto para gravação de áudio e vídeo de audiências da sala padrão e infância. | (Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020. |
| Informatização das Atividades da Auditoria | Ativo | <ul style="list-style-type: none">Melhorias na versão do sistema Sisaud em Produção.Implementação das melhorias do sistema Sisaud; Especificação funcional e técnica das | (Indicador 15): Alcançar anualmente 100% de cumprimento das |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto | Status | Entregas Previstas | Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016) |
|--|-----------|--|---|
| | | versões 2 e 3 do sistema Sisaud. <ul style="list-style-type: none">• Construção das versões 2 e 3 do Sistema Sisaud; Homologação do Sistema Sisaud.• Treinamento do Sistema Sisaud.• Implantação do Sistema Sisaud.• Manuais de Orientação do Sistema. | metas de processos redesenhados e transformados até 2020. |
| Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas | Ativo | <ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico: avaliação da situação atual do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a partir da consolidação das respostas ao questionário GOVPESSOAS.• Apresentar proposta de programa de desenvolvimento de competências de liderança para gestores do Poder Judiciário cearense.• Elaborar proposta de plano para o desenvolvimento de competências profissionais, inclusive competências de liderança que atendam às necessidades de cada nível de gestão (operacional, tático e estratégico).• Propor normativo relativo à Avaliação de Desempenho dos servidores e gestores (ocupantes de cargos comissionados) do Poder Judiciário cearense.• Construir planejamento de gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho. | (Indicador 28): Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 75% até 2020. |
| Fórum Novo de Itapipoca | Concluído | O edifício que abriga o novo Fórum da Comarca de Itapipoca foi construído com uma área de 1.417,64 m ² em um terreno de 6.040,46 m ² , contendo 3 (três) varas, depósito de bens, arquivo geral, salão do júri, sala dos Oficiais de Justiça, OAB, defensoria pública, banheiros, celas masculinas e femininas e uma copa. | (Indicador 23): Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020. |
| Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça | Concluído | Implantação, no SAJ do Segundo Grau, de funcionalidade que controla os mandados de justiça, incluindo automação de expedientes por filas de trabalho e controle dos expedientes por oficial de justiça em termos de prazo, cumprimento e lançamento de movimentações. | (Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020. |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Ao longo de 2015, sob a Presidência da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Vice-Presidência do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes e Corregedoria-Geral do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para a profissionalização da gestão judiciária, para a utilização plena e racional dos recursos e para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Primou-se, de igual forma, pela valorização dos servidores e magistrados que compõem este Poder.

Na esfera da prestação jurisdicional, são dignas de realce as seguintes ações:

- Aprovação da Resolução nº 14 do Órgão Especial, de 10 de agosto de 2015, que institui, no âmbito da Comarca de Fortaleza, a obrigatoriedade da realização de audiência de custódia, presidida por autoridade judiciária competente, para a apresentação da pessoa presa em flagrante delito e implantação da Vara única de Audiências de Custódia de Fortaleza.
- Realização do I Mutirão de Execuções Fiscais, com o objetivo de reduzir o acervo das seis varas dessa competência existentes na capital, que proporcionou uma arrecadação de R\$ 29 milhões de reais em impostos atrasados.
- Reestruturação das Turmas Recursais, por meio da Resolução nº 5 do TJCE, publicada no Diário da Justiça, de 15 de maio de 2015, com vistas a dar maior celeridade aos julgamentos.
- Instituição do Mutirão de Julgamentos das Turmas Recursais, por meio da Portaria nº 1.377, de 27 de julho de 2015.
- Regulamentação, por meio da Portaria nº 2504, de 09 de novembro de 2015, da criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) nos fóruns das Comarcas do Estado, objetivando a promoção de conciliações em todas as unidades do Judiciário estadual cearense.
- Participação na Semana Nacional da Conciliação, em que foram promovidas 11.327 audiências que resultaram em 4.329 acordos no período de 23 a 27 de novembro de 2015.
- Fixação de critérios para formação e publicação de listas de credores prioritários



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Portaria nº 03, de 23 de fevereiro de 2015) e instituição do Selo de Responsabilidade Judiciária (Resolução nº 03, de 05 de março de 2015 do Órgão Especial), que atesta a boa conduta administrativa dos entes públicos devedores que no exercício anterior tiveram tempestiva e voluntariamente liquidado suas obrigações judiciais atinentes a precatórios.

- Implantação do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por unidade, com a disponibilização de manual visando à padronização dos procedimentos de baixa processual, apresentação de relatório analítico mensal da taxa de congestionamento para todas as unidades judiciárias, realização de treinamentos voltados aos servidores e diretores de secretaria das unidades judiciárias e, por fim, realização de mutirão de baixas processuais, com vistas a manter a informação dos sistemas atualizada.
- Publicação da Portaria nº 510, de 11 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade do peticionamento eletrônico para processos que tramitam em meio digital, através do Portal e-SAJ.

Importantes medidas de gestão e inovação foram levadas a efeito em prol da melhoria na gestão do Tribunal, a saber:

- Aprovação do Plano Estratégico 2015-2020, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 4, de 10 de abril de 2015, bem como da definição dos projetos estratégicos da Gestão 2015-2017, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 5, de 23 de abril de 2015.
- Implementação do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e o Comitê Orçamentário do Segundo Grau.
- Instituição do Plano Estratégico 2015-2020 de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 9, de 15 de junho de 2015.
- Implantação do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Ceará, por meio da Resolução nº 5 de 24 de abril de 2015.
- Melhoria na gestão de bens apreendidos, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 11, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o recebimento, a guarda



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

e a destinação de bens em geral, apreendidos em inquéritos policiais ou procedimentos criminais e de apuração de atos infracionais.

- Elaboração de manuais de atribuições da Assessoria de Precatórios, de processos da Divisão de Distribuição da Sejud, do processo de Cálculos Judiciais.
- Formação de Rede de Analista de Processos, com vistas a capacitar servidores das diversas unidades do TJCE para trabalhar com redesenho de processos.
- Reestruturação organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Lei nº 15.833 de 27 de julho de 2015).

Oportuno consignar, ainda, outras iniciativas de grande relevo empreendidas em 2015,

como:

- Criação do Núcleo Socioambiental e implantação do Plano de Logística Sustentável (PLSTJCE) em cumprimento à Resolução nº 201 do CNJ, de 03 de março de 2015, por meio da Portaria nº 1.116, de 14 maio de 2015.
- Atualização dos valores das custas judiciais, sistema de conta única de depósitos e habilitação ao recebimento de transferências.
- Instituição do Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 2.476, de 05 de novembro de 2015, com vistas a promover discussões que elevem a formulação de propostas, estabelecimento de parcerias e/ou convênios, produção de recomendações e planejamento de ações relativas à melhoria dos serviços prestados pelo Judiciário estadual cearense.
- Aprovação de projeto que visa à capacitação 600 gestores, em 2015 e 2016, em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam, tendo sido realizadas 3 turmas em 2015.
- Reformulação do site do TJCE, tornando-o mais funcional, prático e promovendo maior transparência das ações.

Objetivando o acompanhamento gerencial das unidades judiciárias e a extração de informações fidedignas dos sistemas processuais, foram capitaneadas diversas ações ao longo do exercício em tela, com destaque para:

- Publicação da Portaria nº 2033, de 11 de setembro de 2015, que dispõe sobre a



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

elaboração, revisão e validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais.

- Baixa definitiva no âmbito do 2º grau e do Fórum Clóvis Beviláqua de 84.560 processos que constavam no sistema sem a respectiva movimentação.
- Extração e realização de diagnóstico de congestionamento das unidades judiciárias contendo criticidade e análise comparativa das unidades judiciárias por quadrantes, considerando-se as seguintes variáveis: taxa de congestionamento; índice de congestionamento processual; baixas por casos novos; julgamentos por casos novos e quantitativo de servidores.
- Realização do I Mutirão de Baixas Processuais, coordenado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

Ressalte-se que esse esforço na extração de dados foi um dos responsáveis pela concessão ao TJCE, pelo Conselho Nacional de Justiça, do Selo Justiça em Números – Categoria Diamante que é a premiação máxima em excelência na gestão da informação.

Dentre as atividades executadas pela Corregedoria-Geral de Justiça no decorrer do ano, destacam-se, além dos projetos e ações voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça e das recomendações do CNJ, a implantação do “QR Code” na tabela de emolumentos, a realização de estudos relacionados à produtividade dos magistrados em respondência e a inspeção de 149 unidades judiciárias, seguindo o cronograma pré-estabelecido pela CGJCE, entre as Comarcas da capital e interior do Estado, sendo elaborados 130 relatórios inspecionais.

Não se pode olvidar, finalmente, dos esforços empreendidos pela Vice-Presidência desta Colenda Corte de Justiça, que garantiram o estabelecimento de um regime inaugural de trabalho, com a constituição de uma força-tarefa integrada por assessores e servidores, dividida em equipes, com intercambiamento de competências, visando à racionalização das atividades judiciais e administrativas de competência originária do setor, bem como uma maior celeridade na tramitação dos Agravos interpostos em face de decisão denegatória de Recurso Especial e Extraordinário à superior instância, por meio da Portaria nº 2.112, publicada em 16 de setembro de 2015. No exercício foram analisados 6.577 processos, entre juízos de admissibilidade dos recursos constitucionais, despachos de mero expediente e decisões diversas.

As ações até aqui delineadas são apenas alguns exemplos de importantes iniciativas



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

empreendidas em 2015. Uma visão mais completa e detalhada das ações, projetos e resultados de cada uma das unidades que compõem esta instituição poderá ser extraída da análise completa do vertente relato.

1. GESTÃO DE PESSOAS

1.1 Ascensão Funcional

No ano em curso, foi efetivada a ascensão funcional referente ao interstício 2013/2014, contemplando o seguinte número de servidores:

Tabela 2: Interstício 2013 / 2014

| Tipo | Quantidade |
|---------------------------------------|--------------|
| Progressão e promoção por antiguidade | 822 |
| Progressão e promoção por desempenho | 720 |
| Total | 1.542 |

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

1.2 Programa de Desenvolvimento de Gestores

Tendo como principal objetivo capacitar 600 gestores em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam, foi iniciada a execução do Programa de Desenvolvimento de Gestores do Poder Judiciário cearense, que tem como principais elementos descritivos:

- i. Fundamentação legal: Constituição Federal, art. 37, caput e art. 39, § 2º; Lei Estadual nº 12.342/95, art. 53, inciso XXIX; Lei Estadual nº 12.483/95, art. 5º, inciso IV; Lei 8.666/93, art. 13, item VI e art. 25, item II, Parágrafo 1º; Resolução nº 192 de 2014 do CNJ; Resolução nº 198 de 2014 do CNJ e Lei Estadual nº 14.415/09, art. 1º, incisos I e IV.
- ii. Público-alvo: 600 vagas para os servidores, sendo 240 destinadas às Comarcas do Interior, 163 ao Tribunal de Justiça e 166 ao Fórum Clóvis Beviláqua, ocupantes de cargos efetivos e comissionados, que exerçam papel de gerência no Poder



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Judiciário cearense e 31 vagas ofertadas aos servidores com potencial para o desenvolvimento da liderança.

- iii. Resultados: elevar a efetividade técnica e gerencial dos gestores do Poder Judiciário cearense a partir do aprimoramento das competências: Liderança de Pessoas, Orientação para Processos, Orientação para Resultados e, de acordo com as Políticas e Sistemas de Gestão em vigor, sempre observando a cultura, a missão, a visão e os valores da instituição.
- iv. Período: nos exercícios de 2015 (3 turmas) e 2016 (17 turmas).
- v. Carga horária: 48 horas-aula por turma.

1.3 Plano de Educação Corporativa

Tem como principal objetivo oferecer soluções educacionais customizadas às principais necessidades de treinamento e desenvolvimento das unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário cearense, tomando como referencial o mapeamento de competências, durante o exercício de 2015.

Descrição da ação:

- i. Fundamentação: em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense para o período 2015-2020, com a Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, e com a Resolução nº 192 do CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional
- ii. de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
- iii. Público-alvo: servidores do Poder Judiciário cearense.
- iv. Resultados: foram realizados 18 cursos internos, 86 cursos externos ou com parceiros externos e capacitados 2.000 servidores (com repetições).

1.4 Pesquisa de Clima Organizacional

Tem como principal objetivo mensurar a satisfação do colaborador em relação ao seu ambiente de trabalho e obter, pelo menos, 70% de avaliações positivas do clima organizacional.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Descrição da ação:

- i. Fundamentação: Plano Estratégico 2015 – 2020 que apresenta o indicador nº 28 - Índice de Avaliação da Gestão de Pessoas, que “busca medir a melhoria na Gestão de Pessoas”.
- ii. Público-alvo: todos os colaboradores do Poder Judiciário cearense (magistrados, servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários).
- iii. Resultados: essa pesquisa obteve 678 respostas válidas, o que representa a participação de 11% dos colaboradores do TJCE, do universo de 6.339 colaboradores e o resultado geral apresentou percentual médio de clima de 69%, que representa a média das respostas positivas.
- iv. Período de aplicação: entre os dias 12 e 30 de outubro de 2015.

1.5 Normatização do Adicional de Especialização

A Portaria nº 1330/2015, publicada em 16 de junho de 2015, regulamentou a concessão do Adicional de Especialização instituído pela Lei estadual nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, ao estabelecer as áreas de interesse nas quais os cursos de pós-graduação devem enquadrar-se para a concessão do benefício.

1.6 Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas

O projeto visa aprimorar as práticas de gestão de pessoas do Poder Judiciário cearense, tendo como ponto de partida o instrumento de avaliação GOVPESSOAS do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse instrumento de avaliação consiste em um questionário, chamado Perfil GovPessoas 2013, por meio do qual torna-se possível construir um diagnóstico da situação atual do Poder Judiciário cearense no que diz respeito às suas práticas de governança e gestão de pessoas, enfocando temas como liderança na alta administração, alinhamento estratégico, gestão da liderança e do conhecimento, cultura orientada para resultados, gestão de talentos, controle da concessão de direitos e vantagens, resultados e prestação de contas (*accountability*), perfil da força de trabalho e das despesas de pessoal.

Dessa forma, o referido questionário foi respondido no âmbito do Departamento de



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional, com ratificação do Secretário de Gestão de Pessoas, sendo, por conseguinte, consolidadas suas respostas, de modo que esta Corte de Justiça atingiu 40% de um total de 88 pontos.

Diante disso, como entrega do citado projeto, durante o ano de 2016, tem-se a proposição das seguintes iniciativas a fim de mitigar a lacuna de aprimoramento da governança de gestão de pessoas identificada: elaboração de uma proposta de programa de capacitação voltada para o desenvolvimento de lideranças; minuta de ato normativo regulamentando a Avaliação de Desempenho, bem como a Avaliação Especial de Desempenho (Estágio Probatório); proposição de um plano de desenvolvimento de competências profissionais, inclusive competências de liderança que atendam às necessidades de cada nível de gestão e, por fim, a construção de um Planejamento Setorial de Gestão de Pessoas.

O projeto em tela integra o Plano Estratégico 2015-2020 e é gerenciado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

1.7 Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho e Ascensão Funcional

No mês de março do corrente ano, o projeto Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho e Ascensão Funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense foi concluído com êxito.

O projeto, conduzido pela empresa *Publix* em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, teve início em agosto de 2014 e, ao longo de seus 7 meses de duração, teve como entregas os seguintes produtos, todos em forma de documento:

- i. Diagnóstico das Políticas e Práticas de Gestão de Pessoas do TJCE.
- ii. Inventário Comportamental.
- iii. Mapeamento das Competências Estratégicas, Gerenciais e Específicas.
- iv. Mapeamento dos Conhecimentos Técnicos e de Gestão.
- v. Módulo Quantitativo do Modelo de Avaliação de Desempenho (incluindo a Avaliação de Estágio Probatório).
- vi. Módulo Qualitativo do Modelo de Avaliação de Desempenho (incluindo a Avaliação de Estágio Probatório).



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

- vii. Orientação para Plano de Implementação do Modelo de Avaliação de Desempenho.
- viii. Análise Aprofundada da Sistemática Atual de Ascensão Funcional – Desenvolvimento na Carreira praticada pela Gestão de Pessoas do TJCE.
- ix. Proposição de Nova Sistemática de Ascensão Funcional – Desenvolvimento na Carreira.
- x. Relatório acerca da Capacitação de Multiplicadores para a Sensibilização do Quadro de Servidores do TJCE.

De forma resumida, foram mapeadas as competências estratégicas, técnicas e gerenciais de 28 cargos efetivos e dos 181 cargos em comissão e foi elaborado o modelo de avaliação e gestão do desempenho com base em competências e resultados, incluindo a avaliação do estágio probatório. Foi entregue o modelo de promoção e progressão funcional, baseado em critérios objetivos, com sistema de pontuação atrelado à avaliação de desempenho, a ser utilizado no desenvolvimento na carreira dos servidores deste Poder.

Atualmente, encontram-se em fase de avaliação as propostas para normatização das Avaliações de Desempenho e da Sistemática de Promoção e Progressão funcional.

1.8 Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva

Em 2015, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 05/2015, DJ de 08/01/2015, deu início às nomeações efetivas de novos servidores aprovados no Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva em cargos de níveis superior e médio, regido pelo Edital nº 01/2014, de 13/02/2014, disponibilizado no DJE da mesma data, e homologado em sessão do Tribunal Pleno realizada em 18 de setembro de 2014.

Durante o presente exercício, foram nomeados os seguintes quantitativos de novos servidores por cargo, bem como as comarcas de lotação:

Tabela 3: Quantitativo de novos servidores por cargo

| Cargo | Quant. de Nomeações | Comarcas/Unidades Contempladas |
|--|---------------------|---|
| Analista Judiciário – Área Judiciária - Especialidade: Execução de | 45 | Comarcas: Aracoiaba, Limoeiro do Norte, Brejo Santo, Ubajara, Beberibe, Milagres, Canindé, Orós, Amontada, Quixadá, Quixeramobim, Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Jijoca de Jericoacoara, Varjota, Monsenhor Tabosa, Mauriti, Nova Russas, Boa |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | |
|---|----|---|
| Mandados | | Viagem, Assaré, Lavras da Mangabeira, Senador Pompeu, Viçosa do Ceará, Aurora, Granja, Pedra Branca, Jaguaribe, Alto Santo, Tamboril, Crateús, Várzea Alegre, Mombaça, Tauá, Iguatu, Morada Nova, Iraporanga, Quiterianópolis, São Benedito, Acopiara e Independência. |
| Analista Judiciário – Área Judiciária | 50 | Comarcas: Capistrano, Itapipoca, Guaraciaba do Norte, Baturité, Aracoiaba, Aracati, Amontada, Quixeré, Bela Cruz, Barro, Quixadá, Itapajé, Uruburetama, Quixadá, Itapajé, Brejo Santo, Iguatu, Madalena, Pereiro, Orós, Viçosa do Ceará, Morada Nova, Carnaubal, Jijoca de Jericoacoara, Itatira, Tabuleiro do Norte, Camocim, Massapê, Reriutaba, Milagres, Mombaça, Alto Santo, Acopiara, Senador Pompeu, Granja, Boa Viagem, Farias Brito, Icó, Crateús, Barbalha, Jardim, Iracema e Maracanaú. |
| Técnico Judiciário – Área Judiciária | 80 | Comarcas: Caucaia, Aquiraz, Eusébio, Aracati, Pacajus, Acopiara, Paraipaba, Quixadá, Tianguá, Maracanaú, Cariré, Pacatuba, Jijoca de Jericoacoara, Assaré, Itatinga, Uruoca, Saboeiro, Lavras da Mangabeira, Baturité, Aurora, Madalena, Barreira, Crateús, Granja, São Gonçalo do Amarante, Senador Pompeu, Varjota, Amontada, Ibicuitinga, Morada Nova, Solonópole, Mombaça, Marco, Boa Viagem, Itatira, Madalena, Mombaça, Tauá, Morrinhos, Tamboril, Piquet Carneiro, Nova Russas, Morada Nova, Palmácia, Irauçuba, Carnaubal, Brejo Santo, Alto Santo, Ipaumirim, Poranga, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Icapuí, Hidrolândia, Barroquinha, Santa Quitéria. |
| Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Administração | 05 | Departamento de Otimização Organizacional, Departamento de Suprimentos e Logística, Departamento de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional, Serviço de Apoio ao Departamento, Divisão de Apoio aos Magistrados. |
| Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Arquitetura | 01 | Serviço de Projetos |
| Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Ciências Contábeis | 05 | Divisão de Pagamento, Coordenadoria de Cálculos, Divisão de Gestão de Folha de Pagamento de Ativos, Divisão de Controle e Programação |
| Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Ciências da Computação | 05 | Divisão de Sistemas Administrativos, Divisão de Desenvolvimento de sistemas, Divisão de Sistemas Administrativos |
| Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Engenharia Civil | 04 | Serviço de Projetos, Departamento de Manutenção e Zeladoria, Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras |
| Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa - Especialidade: Engenharia Mecânica | 01 | Serviço de Projetos |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | |
|--|----|---|
| Analista Judiciário – Área Técnico- Administrativa - Especialidade: Engenharia de Produção | 02 | Divisão Editorial e Gráfica, Departamento de Manutenção e Zeladoria |
| Técnico Judiciário – Área Técnico- Administrativa | 40 | Divisão de Recursos Cíveis III, Divisão de Cadastro Funcional, Divisão de Recursos Cíveis II, Divisão de Gestão Administrativa de TI, Divisão de Fiscalização de Receitas, Divisão de Educação Corporativa, Diretoria Geral (CGJ), Departamento de Otimização Organizacional, Divisão de Apoio aos Magistrados, Assessoria Técnica (SEGER), Sala da Ouvidoria Geral da Justiça, Divisão de Distribuição, Departamento de Suprimento e Logística, Divisão de Gestão de Folha de Pagamento de Ativos, Departamento Editorial e Gráfico, Divisão de Projetos, Divisão de Arrecadação, Serviço de Protocolo, Coordenadoria de Cálculos, Serviço de Acompanhamento de Execução de Contratos, Divisão de Gestão e Seleção Por Desempenho, Divisão de Gestão do Conhecimento, Divisão de Informações Funcionais, Central Integrada de Apoio à Área Criminal, Divisão de Pagamento, Divisão de Recursos Cíveis IV, Divisão de Saúde Ocupacional, Divisão de Transporte, Departamento de Governança de TI, Divisão de Arrecadação, Divisão de Controle de Frequência e Identificação Funcional, Divisão de Distribuição Criminal, Divisão de Cadastro Funcional, Coordenadoria de cálculos |
| Técnico Judiciário – Área Técnico- Administrativa – Especialidade: Desenho Auxiliado por Computador | 02 | Serviço de Projetos |
| Técnico Judiciário – Área Técnico- Administrativa – Especialidade: Edificações | 01 | Não tomou posse |

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

1.9 Concurso público para Ingresso de Magistrados

O Concurso Público para provimento do cargo de Juiz Substituto do Estado do Ceará, regido pelo Edital nº 001/2014, realizou as provas objetiva, discursiva e de sentença, cível e criminal. Os 112 candidatos aprovados se submeteram à inscrição definitiva no período de 11 de fevereiro a 6 de março de 2015, tendo a lista das inscrições deferidas sido disponibilizada no Diário da Justiça de 01 de abril de 2015. Os aprovados foram submetidos à sindicância da vida pregressa e investigação social, realizaram exames de sanidade física e mental e psicotécnico no



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Instituto de Perícia Médica do Estado do Ceará.

Atualmente, o certame encontra-se aguardando a nomeação, prevista para o primeiro semestre de 2016.

1.10 Ginástica Laboral

O projeto, desenvolvido pela Assistência Militar, proporcionará aos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a realização de atividades preparatórias e compensatórias que serão executadas nas primeiras horas e no meio da jornada de trabalho.

Profissionais de educação física habilitados ministrarão atividades de flexibilidade, alongamento e reeducação postural objetivando diminuir as patologias adquiridas no cotidiano.

1.11 Projeto Qualidade de Vida no Trabalho – Fórum Clóvis Beviláqua

Este projeto tem o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento humano dos colaboradores deste órgão por meio de ações educativas e preventivas que priorizem sua saúde física e mental.

- i. Projeto contínuo, realizado desde 2008.
- ii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Departamento de Administração do Fórum.
- iii. Progressos:

Tabela 4: Progressos realizados no âmbito do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho

| Ação | Descrição |
|------|--|
| 1 | Palestra “O resgate da autoestima”, realizada em 8 de março de 2015, beneficiando 20 servidores |
| 2 | “Ciclo de Palestras: Celebrando o Equilíbrio Mente e Corpo no Ambiente Laboral” |
| 3 | Realização das palestras “ <i>Coaching</i> – os degraus para alcançar o sucesso pessoal e profissional”, em 26 de junho de 2015; “Cuidando do cérebro: prevenindo demências”, em 18 de junho de 2015 e “Inteligência emocional”, dia 21 de agosto de 2015. Nas três palestras foram beneficiados 168 servidores. |
| 4 | “Comemoração ao Dia das Mães” realizada no período de 5 a 8 de maio de 2015, com atividades de bazar de produtos artesanais, bijuterias, cosméticos, arranjos florais, cama, mesa, banho, artigos em couro e alimentação; oficinas de culinária e massoterapia, beneficiando 52 servidores. |
| 5 | “Comemorações pelo Dia do Servidor” realizada com o apoio da SECAP à Divisão de Saúde Ocupacional do TJCE, por meio das palestras “Como prevenir as doenças ocupacionais”, “Síndrome do esgotamento profissional”, “Oficina de biscoitos saudáveis” e “Assessoria de corrida”, no período de 13 |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

6 e 28 de outubro de 2015, beneficiando 56 servidores.
Para os meses de novembro e dezembro estão planejadas palestras e atividades natalinas

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

1.12 Projeto de Ambientação de Novos Servidores, Terceirizados e Estagiários – Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Objetivo: favorecer a ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários recém-lotados no Fórum Clóvis Beviláqua, por meio da apresentação sobre a estrutura e o funcionamento do órgão, visando proporcionar sentimentos de pertencimento que culminam em maior adesão e efetividade do trabalho. Também são ministrados cursos e palestras sobre os sistemas gerenciais SAJ-ADM, SAJ-Judicial, quando necessário, bem como treinamento elucidativo de direitos e deveres, voltado principalmente para estagiários.
- ii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação e Assessoria de Comunicação do Fórum.
- iii. Progressos: 8 treinamentos para estagiários, beneficiando 94 estudantes.

1.13 Projeto de Ambientação dos Servidores das Secretarias Únicas de Varas – Fórum Clóvis Beviláqua

Os servidores das Secretarias de Varas Únicas receberão treinamento na área comportamental, envolvendo temáticas de Comunicação Não-Agressiva, Trabalho em Equipe e Resiliência no ambiente de trabalho.

- i. Objetivo: aprimorar as relações interpessoais, promovendo a qualidade de vida no trabalho e a motivação profissional.
- ii. Entregas previstas: realização de treinamentos em novembro e dezembro do corrente ano.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação, Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital e Secretarias de Varas Únicas.
- iv. Fase atual: em desenvolvimento.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

1.14 Projeto de Educação Continuada no Sistema SAJ – Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Objetivo: promover a constante reciclagem e desenvolvimento de competências na utilização do sistema SAJ-PG.
- ii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, CTI e unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iii. Progressos: treinamento continuado, realizado desde 2010:
 - 96 turmas específicas para o plantão judicial;
 - 125 visitas preventivas às unidades judiciais;
 - 36 turmas de reciclagem e ambientação no sistema SAJ;
 - 5 turmas para servidores das Secretarias Judiciárias da Família e Execução Penal.
- iv. Fase atual: planejamento de capacitação para as unidades judiciárias sobre novas funcionalidades do sistema, reciclagem e estatística.

1.15 Projeto de Atendimento Psicossocial aos Servidores – Fórum Clóvis Beviláqua

Os servidores do Fórum Clóvis Beviláqua procuram os profissionais de psicologia do Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição por meio de encaminhamento do Departamento de Administração ou por demanda espontânea em busca de atendimento psicoterapêutico.

O setor não realiza atendimento psicoterápico, todavia realiza atendimento ao servidor em sistema de plantão. Por meio do acolhimento e aconselhamento psicológico, o profissional de psicologia realiza uma triagem das demandas apresentadas. De acordo com o diagnóstico de cada paciente, ocorrerá um encaminhamento para projetos e instituições que possam atender à demanda identificada.

- i. Objetivo: realizar escuta, acolhimento e encaminhamento dos servidores em sofrimento psíquico para atendimento especializado em psicoterapia.
- ii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração e Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

1.16 Gestão de Magistrados de 1º Grau

É realizado, pela Secretaria-Geral, o controle de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do interior do Estado, tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à promoção, à remoção, ao acesso e às permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

- manutenção de quadro de informações, atualizado mensalmente e disponibilizado na *intranet*, contendo dados dos magistrados do interior, com a indicação das zonas, comarcas, varas, situação funcional dos juízes (de Direito ou Substituto), telefones, datas de férias, juízes respondentes, situação das comarcas (se possui titular ou se está vaga). Tal publicação proporciona maior facilidade no acesso a diversas informações que são requisitadas por diversos setores do Tribunal e pelos próprios magistrados, além de ser de grande utilidade para consolidação de dados necessários à Sala de Situação do Gabinete da Presidência;
- publicação de informações na *intranet* do Tribunal de Justiça referentes aos juízes inscritos nos editais de promoção, de remoção e de acesso, para disponibilização aos magistrados interessados;
- participação em grupo de trabalho objetivando a proposição de nova resolução regulamentando os critérios para substituição dos magistrados do interior nos casos de vacância, férias e ausência;
- normatização de procedimentos da Divisão de Apoio aos Magistrados do interior do Estado, com objetivo de padronizar os processos, compartilhar conhecimento próprio dos sistemas e facilitar o aprendizado dos novos colaboradores.

1.17 Ações Setoriais

- Secretaria de Tecnologia da Informação: foi elaborada, como parte do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2015-2020, uma pesquisa de satisfação interna para seus servidores, que resultou em um plano de



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

ação para melhoria dos procedimentos internos, da qualidade de vida e do ambiente de trabalho. Além disso, foi também construído um mapa de intenções, que permitirá a alocação de servidores em atividades nas quais eles possuam mais habilidades e afinidade, aprimorando a motivação e a realização profissional.

- ii. Secretaria de Administração: o Departamento de Suprimentos e Logística da Secad procurou alinhar seus colaboradores aos objetivos estratégicos por meio do desenvolvimento do espírito de equipe e estímulo à capacitação. Dentre as principais medidas adotadas, enfatiza-se:
 - realocação de força de trabalho, a fim de melhor aproveitar as competências dos servidores;
 - participação dos servidores em diversos cursos, como: Licitação, Gestão Patrimonial, Gestão em Almoarifado etc.;
 - foi organizada, ainda, pela Divisão de Transportes do TJCE, palestra sobre direção defensiva, acidentes evitáveis e não evitáveis e multas, destinada aos motoristas e servidores em geral, evento que ocorreu no dia 22 de outubro de 2015, no auditório Dom Aloísio Lorscheider;
 - reestruturação de alguns setores, como almoarifado e transportes, equipando-os com computador e substituindo alguns mobiliários, proporcionando maior conforto aos colaboradores;
- iii. Assessoria de Precatórios: em continuidade à proposta de capacitação interna lançada no exercício anterior, foi retomado o ciclo de palestras e debates, compreendendo o compartilhamento de matérias de interesse da Assessoria de Precatórios. Contando com o efetivo envolvimento de toda a equipe de trabalho, o projeto possibilita conhecimento, interação e engajamento de todos os servidores na busca pelo fortalecimento e dinamismo nos serviços ora prestados.

2. GESTÃO DE RECURSOS

2.1 Redução de Custos de Contratos de Tecnologia da Informação (TI)

Com o intuito de reduzir os custos dos contratos de TI vigentes, diversas ações foram



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação ao longo de 2015, dentre as quais destacam-se:

- i. Otimização de recursos de impressão e redução do valor do serviço contratado em aproximadamente R\$ 2.200.000,00.
- ii. Encerramento de serviços prestados pela empresa Softplan (incluindo monitoramento de ambiente), com redução de mais de R\$ 2.200.000,00.
- iii. Celebração de um novo contrato de *link* de *internet*, com redução média de R\$ 240.000,00.

2.2 Otimização das Aquisições de Suprimentos

No aspecto Gestão Financeira, o Departamento de Suprimentos e Logística da Secretaria de Administração vem adotando uma série de medidas que contribuem para uma política financeira mais saudável, a saber:

- i. Otimização das aquisições pela Divisão de Compras de modo a priorizar os suprimentos de maior impacto para o desenvolvimento das atividades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- ii. Separação de resíduos pela Divisão de Patrimônio, tais como papelão, baterias, dentre outros e destinação ao Programa Ecoelce, implicando descontos na conta de energia do Tribunal de Justiça.
- iii. Redução do valor pago pela resma de papel A4. Em comparação com valor pago no ano de 2014, houve uma redução de 10,42% no preço da resma, o que poderá representar uma economia de R\$ 80.000,00 no ano.
- iv. Readequação do perfil de consumo das comarcas, evitando-se a compra desnecessária de diversos itens de expediente e limpeza.

2.3 Disciplinamento e Redução de Gastos com Transportes

Mesmo considerando os sucessivos aumentos no preço do combustível durante o ano de 2015, a medida de disciplinamento dos gastos de combustíveis por meio da Resolução nº 07/2015, publicada em 08 de maio de 2015, representou uma redução, em média, de 12,82% nos



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

valores gastos com combustível para o pleno uso da frota do Poder Judiciário cearense. A média mensal referente aos primeiros 5 meses do ano de 2015 era de R\$ 81.341,54. Após a publicação da resolução, a média dos 5 meses subsequentes passou a ser de R\$ 70.910,14.

A redução da frota locada, assim como economia na substituição por veículos equivalentes com menor custo mensal sem que houvesse prejuízo no desenvolvimento das atividades, também foram ações empreendidas em 2015 que vêm implicando reduções nos gastos com transporte:

- i. por meio da celebração do contrato CT nº 10/2015, o TJCE está obtendo uma economia mensal de R\$ 75.714,11 o que representa uma economia anual de 40,75% em relação ao contrato anterior;
- ii. encerramento dos contratos CT nº 38/2010 e CT nº 45/2010 e supressão do contrato CT nº 72/2010, acarretando na redução de 21 veículos, que mensalmente representavam um montante de R\$ 40.463,78;
- iii. estão, ainda, sendo formalizados dois contratos para renovação de outra fração da frota locada que implicará redução de R\$ 10.344,23 representando uma economia de 27,55% em comparação aos contratos anteriores.

2.4 Redução de Custos de Contratos de Cerimonial

Os contratos firmados pelo TJCE para prestação de serviços de cerimonial foram executados conforme tabela a seguir:

Tabela 5: Saldos

| Contrato | Valor do Contrato | Valor Utilizado | % Gasto | Saldo do Contrato | Saldo % |
|--------------------------|-------------------|-----------------|---------|-------------------|---------|
| Casablanca Turismo | R\$ 310.000,00 | R\$ 160.659,86 | 51,82% | R\$ 149.340,14 | 48,17% |
| Web (locação de veículo) | R\$ 26.679,96 | R\$ 8.152,21 | 30,55% | R\$ 18.527,75 | 69,44% |
| Toca Fina Cozinha | R\$ 380.000,00 | R\$ 167.453,40 | 44,06% | R\$ 212.546,60 | 55,93% |
| Flora Tropical | R\$ 34.975,00 | R\$ 14.341,00 | 41,00% | R\$ 20.634,00 | 58,99% |
| Studio F3 | R\$ 104.999,80 | R\$ 37.278,28 | 35,50% | R\$ 67.721,52 | 64,49% |

Fonte: Assessoria de Cerimonial

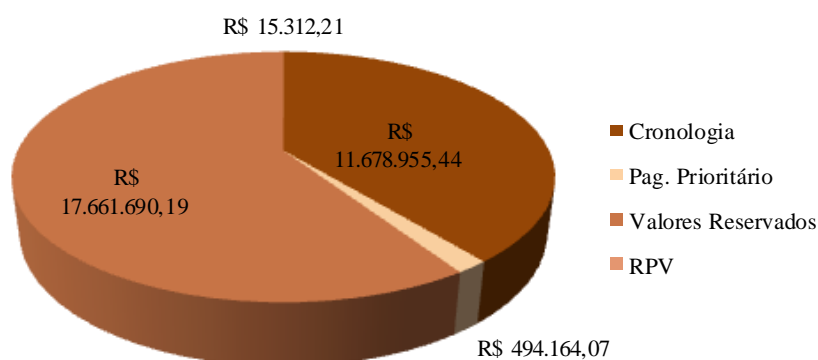


Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

2.5 Pagamento de precatórios

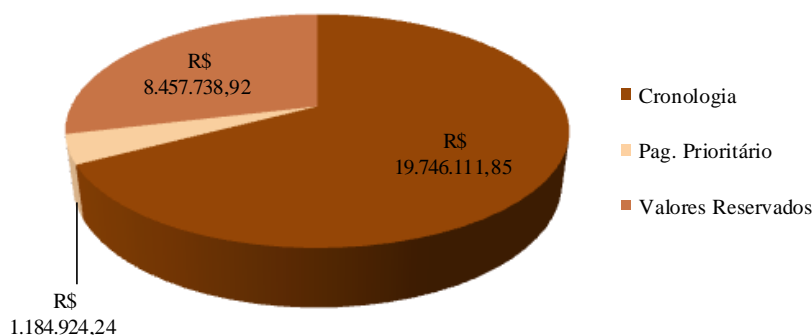
Há de se destacar o pagamento de parcelas prioritárias para credores do Estado do Ceará, município de Fortaleza e municípios do interior, bem como o pagamento de precatórios segundo lista cronológica de credores, além de requisições de pequeno valor, alcançando o montante, neste exercício, de R\$ 39.551.944,76, conforme se vislumbra dos gráficos 1 a 4:

Gráfico 1 – Pagamentos Realizados – Estado do Ceará



Fonte: Assessoria de Precatórios

Gráfico 2 – Pagamentos Realizados – Município de Fortaleza

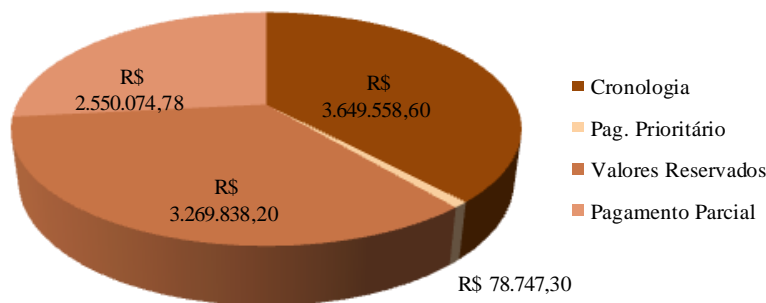


Fonte: Assessoria de Precatórios



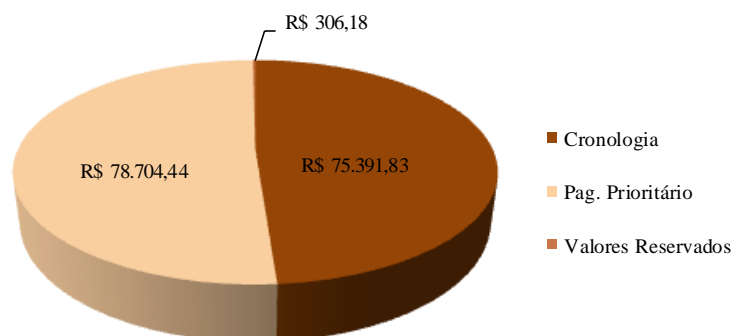
Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Gráfico 3 – Pagamentos Realizados – Municípios do Interior



Fonte: Assessoria de Precatórios

Gráfico 4 – Pagamentos Realizados – INSS



Fonte: Assessoria de Precatórios

Merece realce, ainda, o valor de R\$ 29.389.573,49 correspondente ao montante provisionado junto à instituição financeira, apenas no aguardo do cumprimento de diligências que independem da iniciativa da Assessoria de Precatórios, tais como: informações a serem prestadas e apresentação de cópias de peças nos processos de conhecimento e execução pelos juízos respectivos; localização e apresentação dos dados bancários dos credores e seus beneficiários e informações sobre a existência de processos em tramitação nos juízos sucessórios quando do falecimento dos credores e beneficiários.

Quanto à administração do regime especial de pagamento de precatórios pela Presidência do Tribunal de Justiça, por meio de sua Assessoria de Precatórios, resultou, no exercício 2015, até o mês de novembro, no sequestro de recursos da ordem de R\$ 35.971.061,09,



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

correspondente a parcelas de 33 municípios que apresentavam situação de inadimplência perante citado regime de pagamentos, quantia esta rateada proporcionalmente entre os tribunais com jurisdição neste Estado, integrantes do Comitê Gestor referido no art. 8º da Resolução nº 115/2010 do CNJ.

Colheu-se, enfim, como resultado da aplicação da metodologia de fixação das parcelas do regime especial de pagamentos, com vinculação aos percentuais mínimos da receita corrente líquida, o encerramento da moratória constitucional para 28 entes públicos, que, doravante, passarão a submeter-se ao regime geral de pagamento de precatórios.

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

3.1 Instituição e Acompanhamento do Plano Estratégico 2015-2020

O Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi instituído por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05, de 23 de abril de 2015, em atendimento à Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

As ações empreendidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão para o acompanhamento do Plano com vistas ao alcance dos objetivos e metas estratégicos foram:

- i. elaboração e execução do Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em parceria com a Assessoria de Comunicação do órgão, com o objetivo de divulgar o Plano Estratégico 2015-2020 para os públicos externo e interno. Neste âmbito, destaquem-se as seguintes ações: realização de palestra de lançamento do plano, em julho de 2015; confecção e distribuição de *banners* e cartazes para as unidades administrativas e judiciárias; colocação de adesivos nos elevadores do TJCE; divulgação do plano nas redes sociais, na publicação “Judiciário em Revista” e em *blogs* e *sites* especializados; emissão de *spots* na rádio interna; inserções de notícias sobre os planos em jornais, revistas, rádio e TV de circulação externa; participação no programa “Judiciário em Evidência”; aplicação de papel de parede informativo sobre o plano no *desktop* dos computadores e realização da campanha “Eu faço o Judiciário”, a qual



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

- premiou fotos postadas no *Facebook* que melhor retratavam o envolvimento de magistrados e servidores na busca do cumprimento da missão da instituição;
- ii. alinhamento das metas setoriais relativas à Gratificação por Alcance de Metas (Gam) às metas estratégicas contidas no plano. Ação realizada em parceria com a Comissão Gestora da Gam e concluída em junho de 2015;
 - iii. oferta de 07 turmas do curso “Planejamento e Gestão por Resultados”. Os cursos foram realizados nas comarcas de Caucaia e Maracanaú, na Secretaria Judiciária (Sejud), em Juizados Especiais de Caucaia e Turmas Recursais no âmbito do projeto piloto de monitoramento da taxa de congestionamento por unidade;
 - iv. publicação da Portaria nº 1375/2015, a qual designa os gestores das metas estipuladas para o Judiciário Nacional em 2015 e das metas relacionadas aos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020;
 - v. apoio à Presidência do TJCE no processo de construção e seleção das metas nacionais e específicas do CNJ para 2016, por meio de atuação junto à Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual. As principais ações desenvolvidas nesse sentido foram: elaboração de lista com sugestão de metas; participação nos eventos “II Encontro Nacional da Rede Governança Colaborativa da Justiça Estadual” e “II Reunião Preparatória do IX Encontro Nacional do Poder Judiciário”, ocorridos nos meses de agosto e setembro, respectivamente, com vistas a debater e selecionar as metas a serem propostas pelo segmento da Justiça Estadual; e produção de documento para subsidiar a votação da Presidência no “IX Encontro Nacional do Poder Judiciário”, ocorrido em novembro último;
 - vi. realização de 19 reuniões para monitoramento das metas institucionais com os gestores de metas;
 - vii. realização de 03 Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) para acompanhamento e divulgação dos resultados do Plano Estratégico 2015-2020 junto ao Comitê Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Destaque-se que a terceira e última RAE de 2015 foi realizada em dezembro, no Fórum de Análise da Estratégia, evento ampliado que contou com a participação da sociedade e de instituições que contribuíram para a construção do plano;
 - viii. produção e divulgação de relatórios sobre o cumprimento das metas estratégicas,



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

direcionados aos gestores de metas; e

- ix. realização de 02 reuniões, em Sobral e Quixadá, para apresentação do plano aos magistrados da 8ª, 9ª e 3ª Zonas Judiciárias. A ação foi conduzida em parceria com a Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Em atuações com vistas ao cumprimento de metas específicas constantes do Plano Estratégico 2015-2020, a Secretaria de Planejamento e Gestão promoveu as seguintes ações:

- i. conclusão, em maio de 2015, da Pesquisa de Satisfação dos Usuários da Justiça 2014, no intuito de subsidiar a mensuração da meta estratégica relativa ao indicador "Índice de satisfação do Jurisdicionado" do Plano Estratégico 2010-2014, o qual manteve-se no Plano Estratégico 2015-2020. No que se refere à pesquisa de 2015, no decorrer do ano foram aplicados questionários presenciais nas comarcas de Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá, por ocasião das Audiências Públicas ali ocorridas e, no início de 2016, a pesquisa será concluída por meio de questionário virtual;
- ii. elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto à Secretaria de Administração (Secad), em atendimento à Resolução nº 201/2015 do CNJ. O propósito do PLS é dotar o TJCE de Plano que, no decorrer do período 2015-2020, propicie uma política articulada de economia de recursos (por exemplo: energia elétrica, água, combustível, papel, material de limpeza, reformas, construções etc.), acessibilidade e ações concretas e conscientes de responsabilidade socioambiental. A construção do PLS contribuirá para a mensuração do indicador "Índice de execução do Plano de Logística Sustentável";
- iii. implementação dos Comitês Orçamentários do Poder Judiciário cearense (Comitês "Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau" e "Orçamentário do segundo grau" em atendimento às Resoluções nº 194 e nº 195 do CNJ - Portarias nº 304 e 322/2015, respectivamente);
- iv. elaboração de diagnóstico gerencial do funcionamento e das dificuldades enfrentadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca de Fortaleza. A ação foi realizada com o propósito de contribuir para a melhoria do serviço e para a reestruturação da forma de funcionamento do Centro,



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

e no intuito de prepará-lo para os desafios inerentes ao novo Código de Processo Civil, que deve entrar em vigor no próximo mês de março, e às metas relativas aos indicadores “Índice de conciliações realizadas” e “Índice de conciliações pré-processuais”;

- v. desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020 da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), em atendimento à Resolução nº 99/2009 do CNJ. O apoio se deu no suporte conceitual e crítico acerca da criação dos elementos do Plano: missão, visão, valores, objetivos, indicadores, metas, projetos e ações. A ação impactou no indicador “Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação”;
- vi. instituição do Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social, por meio da Portaria nº 2476/2015, em atendimento à Resolução nº 194/2014 do CNJ e à Portaria nº 304/2015 do TJCE. O Fórum, cujo principal objetivo é promover discussões com outras instituições e com a sociedade que levem à formulação de propostas, estabelecimento de parcerias e/ou convênios, produção de recomendações e planejamento de ações relativas à melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, tem lançamento previsto para fevereiro de 2016. A ação contribuirá diretamente para o indicador “Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade”.

Cabe destacar que o resultado das ações empreendidas pode ser mensurado por meio do percentual de cumprimento das metas estratégicas propostas para 2015. Dados atualizados até novembro apontam que esse percentual está em 86%.

3.2 Monitoramento dos Projetos Estratégicos da Gestão 2015-2017

No intuito de alcançar as metas institucionais estabelecidas no Plano Estratégico 2015-2020, foram priorizados, na Gestão 2015-2017, 30 projetos estratégicos, conforme disposto na Portaria nº 1924/2015.

As principais ações realizadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão no que se refere ao monitoramento dos projetos estratégicos foram:

- i. realização de reunião orientativa sobre a execução dos projetos estratégicos, em



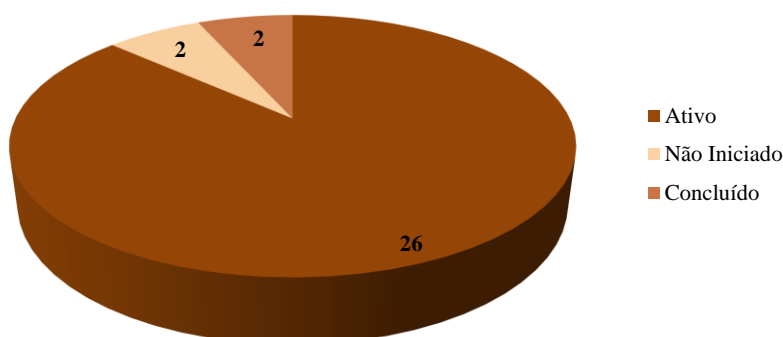
Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

maio de 2015, direcionada a patrocinadores de projetos e gestores de metas institucionais;

- ii. condução do programa de capacitação de gerentes de projetos (GPs), que incluiu:
 - realização de 80 sessões de acompanhamento individual com os GPs ao longo do ano, no intuito de sanar dúvidas relacionadas à Metodologia de Gerenciamento de Projetos;
 - realização de 02 palestras: I) "A relatividade nas Negociações", em abril de 2015 e II) "Gerenciando as partes interessadas", em setembro último;
 - realização do treinamento "Introdução à Gerência de Projetos" no período de 15 a 25 de outubro, em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGP) do Governo do Estado. Foram capacitados 13 gerentes de projetos.
- iii. realização de reunião de acompanhamento com o grupo de gerentes de projetos em julho de 2015. Há previsão de realização de outra reunião de avaliação em 14 dezembro de 2015;
- iv. produção de 03 relatórios sobre a execução dos projetos estratégicos para apresentação à alta administração.

No que tange aos resultados alcançados no acompanhamento dos projetos estratégicos, segue gráfico com a situação atualizada até o mês de novembro:

Gráfico 5 – Status dos 30 Projetos Estratégicos 2015-2017



Fonte: Departamento de Estratégia e Projetos/Seplag

Observa-se que 26 dos 30 projetos permanecem ativos, e que 2 foram concluídos, a



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

- iv. usabilidade: a ferramenta disponibiliza interface para geração *on-line* de múltiplos relatórios e gráficos pelos usuários por meio de ambiente *web*;
- v. acompanhamento de indicadores: ampliação da capacidade de acompanhamento dos indicadores estratégicos, por meio de análises temporais e por unidades, de indicadores como a taxa de congestionamento e as metas nacionais do CNJ;
- vi. acompanhamento da estratégia do Tribunal: permitir o monitoramento em tempo real da execução da estratégia do TJCE, por meio da configuração de painéis de controle destinados aos gestores do TJCE;
- vii. automatização de rotinas: permitir a extração e o envio automático de relatórios ao seu público-alvo (exemplo *e-mail*);
- viii. mobilidade no acesso às informações: disponibilizar os relatórios automaticamente em dispositivos móveis.

O projeto piloto foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), e contempla as informações referentes às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3.4 Reestruturação da Sala de Situação

Tendo como objetivo subsidiar o planejamento, o monitoramento das ações e a tomada de decisões por parte da Gestão, foi reestruturado e ampliado o portal eletrônico Sala de Situação, que consiste em um repositório virtual de informações gerenciais e estratégicas do TJCE, possibilitando aos gestores a consulta de dados de forma rápida, atualizada e em diversos formatos.

Após a reestruturação, o portal passou a disponibilizar, por meio de infográficos, mapas e relatórios, dados gerenciais aprimorados relacionados à infraestrutura, tecnologia da informação, gestão de pessoas, gestão financeira, informações judiciárias e ao acompanhamento de metas e da produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

As informações são objeto de atualização periódica e sistemática, conforme regulamentado na Portaria nº 955, de 22 de abril de 2015.



3.5 Selo Diamante Justiça em Números

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) recebeu a premiação máxima por atingir níveis de excelência na gestão da informação, concedida pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília. A instituição foi agraciada com o “Selo Justiça em Números”, categoria Diamante. Apenas oito tribunais receberam a premiação máxima, sendo o TJCE o único da justiça estadual do País com este reconhecimento.

A concessão do Selo considerou o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e também à consistência dos dados, assim como o nível de informatização do tribunal, a capacidade de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Contribuíram para a premiação, de igual forma, a estruturação da Divisão de Estatísticas (Seplag) e a elaboração periódica de relatórios gerenciais para subsidiar a alta administração na tomada de decisão e execução da estratégia.

3.6 Aprimoramento da Governança Judiciária

Com intuito de alcançar o objetivo estratégico “Aprimorar a Governança Judiciária”, definido por meio da Resolução nº 5, de 23 de abril de 2015, que instituiu o Plano Estratégico 2015-2020 para o Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) adaptou e aplicou, em unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), o Questionário de “Levantamento da Capacidade Pública de Órgãos e Entidades da Administração Pública”, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com base na análise das respostas, foi elaborado Relatório Analítico retratando o nível de Governança Judiciária deste Poder, o qual subsidiará a criação de um Plano de Ação definindo atividades para as áreas pertinentes, com vistas ao aprimoramento da Governança.



3.7 Atuação de Comitês de Gestão

3.7.1 Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau (Portaria nº 304/2015)

Foram organizadas 04 reuniões ordinárias e 04 reuniões extraordinárias ao longo de 2015, sendo que as principais deliberações foram (a) a sugestão de priorização das propostas de iniciativas para o Orçamento 2016 do Poder Judiciário do Estado do Ceará e (b) definição dos temas prioritários para direcionamento dos esforços do Comitê, quais sejam: (a) Videoconferência, (b) Criação de política de atendimento ao jurisdicionado, (c) Reestruturação do Centro Judicial de Soluções Alternativas de Conflitos (Cejudsc) da comarca de Fortaleza, e (d) Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Cíveis e Fiscais.

3.7.2 Comitê Executivo (Portarias nº 289/2013 e 312/2014)

Foram organizadas 09 reuniões do comitê ao longo de 2015. Nas reuniões foram abordados assuntos relativos à gestão estratégica e financeira do TJCE.

3.8 Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 e da proposta orçamentária 2016

Durante o ano de 2015, a Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE envolveu-se no processo de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Ceará, participando de reuniões promovidas pela Secretaria de Planejamento do Executivo, com vistas a definir os programas a serem geridos pelo TJCE no âmbito do eixo “Ceará Pacífico”. Foram elaborados 02 programas: “Excelência no desempenho da prestação jurisdicional”, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento da gestão judiciária, tornando o TJCE uma instituição reconhecida pela confiabilidade e pela celeridade na promoção da Justiça; e “Integração do Sistema de Justiça Criminal” (integra), o qual visa a integrar os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, melhorando a segurança, a qualidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Justiça e Cidadania e



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Ambos os programas tiveram seus respectivos indicadores e metas definidos para o período de 2016 a 2019.

A Seplag apoiou os Comitês Orçamentários do TJCE, juntamente com a Secretaria de Finanças (Sefin), na definição da sugestão de priorização das propostas de iniciativas a constarem da proposta orçamentária 2016 do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a qual foi encaminhada para a Presidência e submetida ao Órgão Especial. Os trabalhos foram realizados nos meses de maio a julho de 2015.

3.9 Gerenciamento da Inovação

Com vistas ao desenvolvimento da cultura da inovação, por meio do incentivo à criação, à implementação e ao compartilhamento de boas práticas de gestão em todo o Poder Judiciário do Estado do Ceará, foram executadas no ano de 2015 as seguintes ações:

- i. Realização da 3ª edição do Prêmio Melhores Práticas de Gestão 2014: por meio de eleição feita com magistrados e servidores, as Boas Práticas campeãs foram:
 - 1º lugar: Criação do Portal de Acompanhamento dos Indicadores da GAM
Autores: Rafael Garcia Barbosa e Davi Tavares Da Costa
Unidade: Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin)
 - 2º lugar: Planejamento para o alcance das metas judiciais em Jaguaruana
Autores: Maria Dalvací Caminha Lemos Venâncio e Cosmo Gilberto da Silva
Unidade: Vara Única da Comarca de Jaguaruana
 - 3º lugar: Trocando Lixo Reciclável por Bônus na Conta de Energia
Autores: Luis Valdemiro de Sena Melo, Renato Araújo Duarte e Lívia Ramalho Rolim
Unidade: Departamento de Material e Patrimônio (Secad)

Cada vencedor recebeu elogio funcional e certificado de Menção Honrosa assinados pela Presidência do TJCE.

- ii. Submissão de boas práticas externas à Presidência: no intuito de oferecer à Alta Administração o conhecimento de Boas Práticas adotadas por outros órgãos públicos que possam, por ventura, vir a ser implementadas com ganhos de qualidade no serviço prestado pelo Poder Judiciário cearense, são enviadas



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

semestralmente, no mínimo, duas práticas de gestão para apreciação da Presidência.

- iii. Manutenção do Banco de Boas Práticas do PJCE: em atendimento ao Provimento nº 12/2012, que cria o Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Seplag mantém a rotina de receber e publicar Boas Práticas de Gestão internas (inscritas por magistrados e servidores) e externas (pesquisadas em outros órgãos). No decorrer do ano de 2015, foram inscritas 08 práticas internas e 12 externas. É a partir dessas inscrições que se organiza a edição anual do Prêmio Melhores Práticas de Gestão.

3.10 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020 – PETI

Em 2015, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) elaborou o Planejamento Estratégico de TI (PETI) para o período de 2015 a 2020, que incluiu a análise de ambiente com usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a formação de um grupo representativo interno da Setin e a definição dos elementos que compõem o plano: missão, visão, valores, objetivos estratégicos, metas e iniciativas. Ao todo foram propostos 10 objetivos estratégicos, 30 indicadores, 11 programas e 114 iniciativas. O PETI foi normatizado pela Resolução nº 09/2015, de 11 de junho de 2015.

Além do PETI, a Setin elaborou também o Plano Diretor de TI (PDTI) para o período de 2015 a 2016, que foi construído com base no guia definido pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Governo Federal. De nível tático, o PDTI deverá guiar as ações da TI na gestão atual e foi construído a partir do levantamento das necessidades de TI das diversas unidades do Poder Judiciário. Ao todo foram propostas 10 iniciativas voltadas para Pessoal, 12 de Governança de TI, 45 de Sistemas e 61 de Infraestrutura de TI.

Na gestão atual, a Setin foi contemplada pela reestruturação do TJCE, com a criação de três grandes departamentos: Sistemas, Infraestrutura e Governança, permitindo assim o aprimoramento das atividades e dos procedimentos de cada unidade.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

3.11 Planejamento Estratégico setorial do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Objetivo: desenvolver o plano com estratégias setoriais do Fórum Clóvis Beviláqua, alinhadas ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, visando à melhoria contínua dos serviços prestados pelo Fórum e ao alcance das metas estabelecidas.
- ii. Progresso: até outubro de 2015, foram feitas várias etapas do planejamento, tais como: identificação da identidade organizacional do FCB: missão, visão e valores; levantamento das dificuldades da gestão; definição dos objetivos estratégicos; elaboração do mapa estratégico setorial; levantamento dos fatores críticos de sucesso; elaboração das iniciativas estratégicas.
- iii. Entregas previstas: elaboração de Planos Operacionais e Indicadores.
- iv. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretaria Executiva, Núcleo de Apoio à Gestão e unidades administrativas do Fórum.

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

4.1 Realização de Projeto Piloto e Implantação do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade

Considerando a necessidade de adoção de medidas efetivas para o descongestionamento do Poder Judiciário cearense, foi implantado, por meio da Portaria nº 942, de 23 de abril de 2015, Projeto Piloto para Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, tendo por objetivos:

- i. possibilitar o acompanhamento da taxa de congestionamento do TJCE por unidade judiciária;
- ii. capacitar e fornecer ferramentas às unidades para a gestão e monitoramento do seu congestionamento;
- iii. promover a melhoria das estatísticas do TJCE por meio da realização das corretas atualizações processuais nos sistemas informatizados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Como desdobramento do Projeto Piloto, que contemplou a Secretaria Judiciária e unidades das comarcas de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, foi instituído no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 2034, de 11 de setembro de 2015, o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, composto pelas seguintes ações:

1. extração dos dados referentes aos processos pendentes e baixados nos sistemas processuais (SProc, Pje, Projudi, SAJSG e SAJPG) e disponibilização periódica e automatizada de relatório analítico da taxa de congestionamento para cada unidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
2. padronização e manualização de procedimentos de baixas processuais;
3. capacitação de diretores de secretaria e servidores em:
 - indicadores do CNJ: Parâmetros e Monitoramento;
 - atualização dos Sistemas Processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
 - procedimentos padronizados de baixas processuais.
4. realização anual de estudo técnico, contendo diagnóstico e análise comparativa da taxa de congestionamento e da produtividade das unidades judiciárias;
5. atuação dos Grupos de Descongestionamento da Comarca de Fortaleza e das comarcas do interior do Estado em julgamento e baixa processual nas unidades com índices de congestionamento mais críticos;
6. certificação anual das unidades pela redução do congestionamento e pelo cumprimento das metas nacionais.

4.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais

Tendo como objetivo a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi realizado, no período de 03 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais durante o período do mutirão.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

4.3 Saneamento dos dados Estatísticos: elaboração e revisão dos filtros de extração de dados nos sistemas processuais

Em prol do aperfeiçoamento dos dados e melhoria das estatísticas do Judiciário cearense, foram retomados, por meio da Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, e da Portaria nº 2033, de 11 de setembro de 2015, os estudos e levantamentos necessários objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais.

A iniciativa, além de possibilitar a extração de dados mais fidedignos relacionados aos indicadores do TJCE, do Relatório “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, viabilizará a extração automatizada, via sistemas processuais, das estatísticas encaminhadas pelas unidades judiciárias ao Conselho Nacional de Justiça (“Justiça Aberta”) e à Corregedoria-Geral da Justiça (“Estatística Forense”), como forma de otimizar o acompanhamento das produtividades por parte dos magistrados e reduzir as rotinas manuais de coleta e envio de dados pelas Secretarias de Vara.

Os trabalhos, que já estão em fase de validação e implantação das regras de extração elaboradas, estão sendo conduzidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão (coordenação), em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça, Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais.

4.4 Acompanhamento de Estatísticas e Informações Gerenciais

No intuito de subsidiar a Gestão na tomada de decisão e no acompanhamento sistemático de resultados, promovendo, ainda, um melhor entendimento por parte de magistrados e servidores a respeito das metas e indicadores do TJCE, foram elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais da Secretaria de Planejamento e Gestão, ao longo de 2015, diversos estudos técnicos e relatórios de gestão, elencados na tabela a seguir:

Tabela 9: Estudos e Relatórios elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais

| Nome | Descrição |
|--------------------------|---|
| Boletim Estatístico 2014 | Consolidação e apresentação dos resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao ano de 2014. |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | |
|--|--|
| Diagnóstico do Poder Judiciário do Estado Ceará | Relatório circunstanciado entregue à nova Gestão do TJCE (2015-2017), contendo levantamentos situacionais nas áreas de infraestrutura e segurança, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão de tecnologia da informação, estratégia e projetos, metas e produtividade, estatísticas processuais da Secretaria Judiciária, da Consultoria Jurídica e do Fórum Clóvis Beviláqua, situação das contas perante o TCE, sindicâncias e processos administrativos disciplinares internos. |
| Relatório de Desempenho da Gestão | Relatório contendo informações gerenciais relacionadas à infraestrutura, tecnologia da informação, gestão de pessoas, gestão financeira, informações judiciárias e ao acompanhamento de metas e da produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará. |
| Estudo Técnico 01/2015: Justiça em Números 2015 - Prévia dos Resultados | Estudo Técnico produzido em março de 2015, como forma de antecipar o desempenho do TJCE, objeto de publicação no Relatório Justiça em Números 2015 (Ano base: 2014). Nesse sentido, o estudo apresentou uma análise prévia dos resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números referentes ao exercício de 2014, trazendo, ainda, análises comparativas envolvendo a evolução dos mesmos com relação aos anos anteriores. |
| Relatório de 100 dias da Gestão | Consolidação e apresentação das principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE nos primeiros 100 dias da Gestão 2015-2017. |
| Nota Técnica 01/2015 | Estudo contendo análises e esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2015 (ano-base 2014). |
| Nota Técnica 02/2015 | Atualização dos resultados apresentados na Nota Técnica 03/2014, com a inclusão dos dados divulgados no Relatório Justiça em Números 2015 (ano-base 2014) e análise do desempenho do TJCE nos parâmetros estabelecidos pelo CNJ, por meio da Resolução nº 184/2013 – critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias. |
| Estudo Técnico 03/2015: Diagnóstico de Congestionamento das Unidades Judiciárias | Estudo contendo diagnóstico de criticidade e análise comparativa das unidades judiciárias por quadrantes, considerando-se as seguintes variáveis: |
| | a) Taxa de congestionamento |
| | b) Índice de congestionamento processual |
| | c) Baixas por casos novos |
| | d) Julgamentos por casos novos |
| e) Quantitativo de servidores. | |
| Boletim Estatístico 2015.1 | Consolidação e apresentação dos resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2015. |
| Relatório de Gestão 2015 | Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no exercício de 2015. |

Fonte: Departamento de Informações Gerenciais/SEPLAG

4.5 Estatística Processual da Secretaria Judiciária

4.5.1 Recebimento, digitalização e protocolo de processos

No período de 10 de janeiro a 12 de novembro de 2015, foram protocoladas 10.635 petições iniciais, sendo 1.228 físicas e 9.407 digitais, além de 54.814 intermediárias, sendo



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

13.036 físicas e 41.778 digitais. Também foram cadastrados 19.599 recursos de apelações, oriundos da primeira instância, além de protocolados 6.078 feitos administrativos e 8.652 documentos advindos do malote digital.

4.5.2 *Elaboração de Cálculos Judiciais*

No período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2015, foram recebidos pela Divisão de Cálculos Judiciais 436 processos físicos (SPROC e SAJ/SG-físico), dos quais, 379 tiveram cálculos elaborados e 42 foram devolvidos com informações (por falta de peças necessárias para o cálculo ou resposta a impugnações).

4.5.3 *Digitalização de processos*

O Núcleo de Digitalização do Segundo Grau (criado pela Portaria nº 593/2013 e vinculado ao Departamento dos Serviços Judiciários de Apoio) promoveu a digitalização dos acervos de 03 gabinetes de desembargadores, do Gabinete da Vice-Presidência, da Assessoria de Precatórios e da Divisão de Recursos Privativos, num total de 12.517 feitos.

4.5.4 *Autuação, análise de prevenção e distribuição dos feitos judiciais*

No período de 01 de janeiro a 13 de novembro de 2015, o Departamento de Distribuição, por meio das Divisões de Distribuição Cível e Penal, autuou 28.396 e distribuiu 30.708 processos. Além disso, promoveu a redistribuição de 1.220 feitos e a transferência de outros 10.833.

4.5.5 *Tramitação processual e elaboração de expedientes diversos*

Pela Divisão de Recursos das Câmaras Cíveis, foram baixados 25.313 processos, publicadas 35.547 decisões e elaborados 10.318 expedientes, enquanto a Divisão de Feitos do Órgão Especial e das Câmaras Cíveis Reunidas baixou 1.461 processos, publicou 2.223 decisões e elaborou cerca de 2.308 expedientes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

A Divisão de Recursos Privativos promoveu a baixa de 705 processos e encaminhou cerca de 2.605 recursos aos Tribunais Superiores (STJ e STF), representando um incremento de cerca de 123% em relação ao ano de 2014.

Tabela 10: Recursos para STF/STJ

| Discriminação | 2014 | 2015 |
|---|-------------|-------|
| Recursos para STF/STJ (digitais e físicos) | 1.227 | 2.605 |
| Evolução | 123% | |

Fonte: Secretaria Judiciária

Já o Departamento Penal, por meio das Divisões de *Habeas Corpus*, de Recursos Criminais e de Apelação Criminal, promoveu a baixa de cerca de 8.309 processos, encaminhou 320 recursos aos Tribunais Superiores (STF e STJ), publicou cerca de 7.689 decisões, elaborou cerca de 12.092 expedientes, além de ter emitido aproximadamente 2.247 certidões de antecedentes criminais.

Em relação ao cadastramento de precatórios, foram registrados no sistema SAPRE 218 ofícios requisitórios.

Quanto ao cadastro de peritos, foram publicados 02 editais, 08 termos de homologação e cadastrados 115 profissionais.

4.5.6 Produtividade das Câmaras Reunidas

Tabela 11: Desempenho das Câmaras Reunidas

| Variável | Cíveis Reunidas | Criminais Reunidas |
|--------------------|-----------------|--------------------|
| Sessões Realizadas | 10 | 10 |
| Processos Julgados | 103 | 61 |

Fonte: Secretaria Judiciária

4.5.7 Expedição de certidões

O Serviço de Certidões expediu, até a data de 30 de novembro de 2015, 637 certidões narrativas, negativas e de prática jurídica.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

4.5.8 Cumprimento de mandados

Os Oficiais de Justiça atuantes em segunda instância apresentaram o seguinte desempenho:

Tabela 12: Índice de Cumprimento de Mandados

| Tipo | 2015 | 2014 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Mandados Encaminhados | 5.029 | 5.265 |
| Mandados Cumpridos | 4.914 | 5.189 |
| Percentual Cumprimento | 97,71% | 98,56% |

Fonte: Secretaria Judiciária

4.5.9 Saneamento de dados e baixa processual

Como forma de sanear os dados estatísticos relativos à tramitação processual em segunda instância, a Secretaria Judiciária promoveu estudo e elaborou um documento de parâmetros, com o fito de registrar a baixa de processos que haviam sido devolvidos à primeira instância com prazo recursal decorrido ou que se encontravam na Divisão de Arquivo. Dessa forma, foram publicadas as Portarias nº 654/2015 e 2.159/2015, autorizando a baixa processual de 23.519 e 38.872 processos, respectivamente, com um significativo impacto positivo na taxa de congestionamento de segundo grau.

4.5.10 Inventário e migração de dados

Também com o intuito de promover o saneamento da base de dados, de maneira a facilitar a extração de relatórios estatísticos, além de padronizar os procedimentos de tramitação processual, a Secretaria Judiciária concebeu e promoveu o inventário de processos físicos em tramitação no segundo grau, pelo sistema SPROC, e a posterior migração de todo esse acervo para o sistema SAJSG, nos termos da Portaria nº 2305/15. Assim, foram inventariados 946 processos no âmbito do segundo grau.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

4.6 Estatística Processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios, em cumprimento à análise de novos requisitórios apresentados pelo Sistema SAPRE e inseridos no Sistema SAJ/SG, expediu ofícios requisitórios no período reportado no presente relatório conforme tabela abaixo:

Tabela 13: Estatística Processual – Meses de janeiro a novembro

| Precatórios/Requisitórios Expedidos | Requisições de Pequeno Valor Expedidas |
|-------------------------------------|--|
| 143 | 26 |

Fonte: Assessoria de Cerimonial

4.7 Estatística Processual da Secretaria-Geral

4.7.1 Secretariado à administração dos magistrados de 2º grau

- i. Plantão judiciário do 2º grau - programação, controle das designações dos magistrados plantonistas, elaboração de expedientes referentes a plantões com a edição de 52 portarias que designaram magistrados para exercer os plantões de fins de semanas, feriados e dias de pontos facultativos, além do controle das permutas ou substituições entre Desembargadores nessa atividade jurisdicional.
- ii. Análise e informações em processos de interesse dos Senhores Desembargadores e Juizes da capital sobre férias, licenças e outros afastamentos. Informados 308 processos dessa natureza.

4.7.2 Secretariado à administração dos magistrados de 1º grau – Interior e capital

- i. Controle da movimentação e afastamentos de magistrados com exercício no interior do Estado.
- ii. Análise de processos encaminhados pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, referentes a licenças para tratamento de saúde e outros para deliberação presidencial.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

- iii. Análise de solicitações de acesso aos sistemas RENAJUD e INFOSEG, cujas autorizações estão a cargo do Secretário-Geral (148 no período).

4.7.3 Secretariado ao Tribunal Pleno, ao Órgão Especial e ao Conselho de Magistratura

- i. Tribunal Pleno: realizadas 16 sessões no exercício de 2015 com a apreciação/julgamento de 2 Reclamações Disciplinares, 1 Sindicância Administrativa e de 6 Processos Administrativo-Disciplinares.
- ii. Órgão Especial: realizadas 29 sessões em que foram julgados processos judiciais e administrativos, conforme abaixo quantificados:

Tabela 14: Julgamentos do Órgão Especial

| Julgamentos | 2015 |
|--|------------|
| Agravos Regimentais | 138 |
| Embargos de Declaração | 127 |
| Mandados de Segurança | 275 |
| Processo/Recurso Administrativo | 54 |
| <i>Habeas Corpus</i> | 1 |
| Ação Penal | 1 |
| Conflito de competência | 9 |
| Embargos à execução | 6 |
| Inquérito policial | 1 |
| Mandado de injunção | 2 |
| Procedimento investigatório | 2 |
| Reclamação | 1 |
| Petição (Objeto de Executividade) | 1 |
| Cautelar Inominada | 1 |
| ADIN | 6 |
| Agravo Interno em Recurso Extraordinário | 3 |
| Arguição de Inconstitucionalidade | 2 |
| Cautelar em ADIN | 5 |
| TOTAL | 635 |

Fonte: Secretaria-Geral

- iii. Conselho da Magistratura: foram realizadas 18 sessões ordinárias em 2015, conforme especificado a seguir:



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Tabela 15: Julgamentos/Apreciações do Conselho Superior da Magistratura

| Julgamento/Apreciação | 2015 |
|---------------------------|------|
| Inspeções administrativas | 91 |
| Expedientes apreciados | 985 |
| Certidão nada consta | 394 |
| Recurso administrativo | 1 |
| Ofícios/memorandos | 880 |

Fonte: Secretaria-Geral

4.7.4 Controle da edição de resoluções, provimentos, portarias e atos normativos do Tribunal Pleno ou da Presidência do Tribunal

Tabela 16: Resoluções do Tribunal Pleno

| Resolução | Ementa |
|--|---|
| Resolução nº 01/2015, de 15.01.2015, publicada no DJ de 15.01.2015 | Dispõe sobre o pagamento do auxílio moradia aos membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| Resolução nº 02/2015, de 15.01.2015, publicada no DJ de 15.01.2015 | Fixa o subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| Resolução nº 03/2015, de 26.02.2015, publicada no DJ de 27.02.2015 | Institui o Juizado Móvel como anexo à 10ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza |
| Resolução nº 04/2015, de 26.02.2015, publicada no DJ de 27.02.2015 | Inclui o processamento e o julgamento dos conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem nas competências das 38ª e 39ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza |
| Resolução nº 05/2015, de 14.05.2015, publicada no DJ de 15.05.2015 | Trata da composição das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Turma Recursal Fazendária do Estado do Ceará e dá outras providências |
| Resolução nº 06/2015, de 21.05.2015, publicada no DJ de 16.06.2015 | Dispõe sobre o atendimento inicial dos adolescentes em conflito com a lei e o Regime de Plantão do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, alterando a Resolução nº 05/2014, do TJCE, bem como dá outras providências associadas à salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais de Crianças e Adolescentes |
| Resolução nº 07/2015, de 08.10.2015, publicada no DJ de 09.10.2015 | Dispõe sobre a transformação do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Lavras da Mangabeira na Segunda Unidade do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte |

Fonte: Secretaria-Geral

Tabela 17: Resoluções do Órgão Especial

| Resolução | Ementa |
|--|---|
| Resolução nº 01/2015, de 22.01.2015, publicada no DJ de 23.01.2015 | Cria o Serviço de Distribuição de Títulos de Protestos nas Comarcas de Entrância Final com mais de um tabelionato de Protestos de Títulos |
| Resolução nº 02/2015, de 05.03.2015, publicada no DJ de | Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o Sistema de Registro de Preços de que trata o artigo 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | |
|--|--|---|
| 06.03.2015 | | junho de 1993, e o artigo 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências |
| Resolução nº 03/2015, de 05.03.2015, publicada no DJ de 06.03.2015 | | Institui, no âmbito do Estado do Ceará, o Programa “Regularidade no Pagamento de Dívidas Judiciais pelos Entes Públicos”, e com ele o Selo de Responsabilidade Judiciária no Pagamento de Precatórios e dá outras providências |
| Resolução nº 04/2015, de 09.04.2015, publicada no DJ de 10.04.2015 | | Institui o Programa de Gestão Documental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| Resolução nº 05/2015, de 23.04.2015, publicada no DJ de 24.04.2015 | | Institui o Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências |
| Resolução nº 06/2015, de 07.05.2015, publicada no DJ de 08.05.2015 | | Dispõe sobre o processo de progressão e promoção funcionais dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará |
| Resolução nº 07/2015, de 07.05.2015, publicada no DJ de 08.05.2015 | | Dispõe sobre os critérios de utilização e guarda dos cartões magnéticos do sistema de abastecimento dos veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e dá outras providências |
| Resolução nº 08/2015, de 11.06.2015, publicada no DJ de 15.06.2015 | | Altera dispositivos da Resolução do Órgão Especial nº 02, de 05 de março de 2015, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o Sistema de Registro de Preços de que trata o artigo 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o artigo 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências |
| Resolução nº 09/2015, de 11.06.2015, publicada no DJ de 15.06.2015 | | Institui o Plano Estratégico 2015-2020 da Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências |
| Resolução nº 10/2015, de 11.06.2015, publicada no DJ de 15.06.2015 | | Altera dispositivo da Resolução do Órgão Especial nº 01/2013 |
| Resolução nº 11/2015, de 16.07.2015, publicada no DJ de 22.07.2015 | | Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, sobre o recebimento, a guarda e a destinação de bens em geral, apreendidos em inquéritos policiais, processos ou procedimentos criminais e de apuração de atos infracionais, e dá outras providências |
| Resolução nº 12/2015, de 23.07.2015, publicada no DJ de 27.07.2015 | | Institui no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará o Gestor de Sistemas |
| Resolução nº 13/2015, de 23.07.2015, publicada no DJ de 07.08.2015 | | Regulamenta o apadrinhamento afetivo, apadrinhamento financeiro e o apadrinhamento para prestação de serviços em todo o Estado do Ceará e dá outras providências |
| Resolução nº 14/2015, de 06.08.2015, publicada no DJ de 07.08.2015 | | Institui, no âmbito da Comarca de Fortaleza, a obrigatoriedade da realização de audiência de custódia, presidida por autoridade judiciária competente, para a apresentação da pessoa presa em flagrante delito; altera a competência e denominação do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca da Capital e dá outras providências |
| Resolução nº 15/2015, de 03.09.2015, publicada no DJ de 04.09.2015 | | Altera dispositivo da Resolução nº 07/2011 do Órgão Especial, publicada no Diário da Justiça de 7 de outubro de 2011 |
| Resolução nº 16/2015, de 01.10.2015, publicada no DJ de 02.10.2015 | | Dispõe sobre a regulamentação do art. 224-A da Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará |

Fonte: Secretaria-Geral



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

4.7.5 Provimientos

Foram editados 31 provimentos no período, tratando de designações para Juiz de Paz para Distritos e sedes de Comarcas da Capital e do interior do Estado.

4.7.6 Numeração e controle da publicação de portarias editadas pela presidência do tribunal

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral destaca-se a de controle da numeração e publicação de todas as Portarias editadas pela Presidência do Tribunal de Justiça, com a instituição de livro de folhas soltas, numeradas e rubricadas para efetivação desse controle.

É de responsabilidade da SEGER a alimentação do Sistema de Conteúdo Web, mediante o sistema SCON, responsável por conferir publicidade aos Atos Normativos do Tribunal de Justiça, importante ferramenta de pesquisa, facilmente acessada, agrupando em um só local todos os normativos do Judiciário estadual.

No período foram editadas 2.518 portarias de competência da Presidência do Tribunal de Justiça.

4.7.7 Análise de processos administrativos e elaboração de despachos

Apresenta-se a estatística dos processos tramitados pela Secretaria-Geral, totalizando, no período considerado, 10.373 processos.

Tabela 18: Processos Tramitados pela Secretaria-Geral

| Unidade | Entrada | Saída | Arquivados |
|------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Gabinete do Secretário-Geral | 309 | 308 | 2 |
| Secretaria-Geral | 10.008 | 9.825 | 238 |
| TOTAL | 10.317 | 10.133 | 240 |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Obs. Não foram consideradas as informações de saldo residual do exercício anterior.

Observa-se, a partir dos dados apresentados, que o número da saída de processos, adicionado ao dos arquivamentos, perfaz um total de 10.373 processos, com uma média de 943 analisados, ao mês, e encaminhados a outras unidades do Tribunal de Justiça ou órgãos externos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Tabela 19: Movimentação de magistrados/atos editados

| Natureza | jan a abril/2015 |
|-------------------------------------|------------------|
| Auxílio em comarca | 12 |
| Respondência por motivo de férias | 519 |
| Respondência por motivo de licenças | 29 |
| Respondência por vacância | 102 |
| Designação para diretoria de fóruns | 6 |
| Celebração de casamento | 23 |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

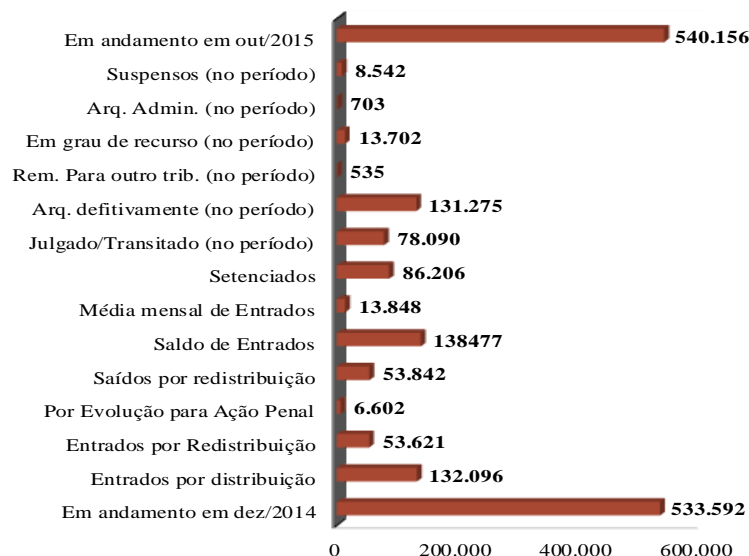
Destacam-se, ainda, as seguintes ações realizadas pela Secretaria-Geral:

- análise dos pedidos de auxílio-moradia de magistrados, havendo sido analisados 469 processos, com o exame de sua instrução, expedição de comunicações, informações e despachos;
- condução dos procedimentos referentes às escolhas de Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nas classes de Juiz de Direito e Advogado;
- gerenciamento de 211 edições do Diário da Justiça.

4.8 Estatísticas Processuais do Fórum Clóvis Beviláqua

A seguir são apresentadas algumas estatísticas relativas à comarca de Fortaleza:

Gráfico 6 – Estatística de quantidade de processos da Comarca de Fortaleza

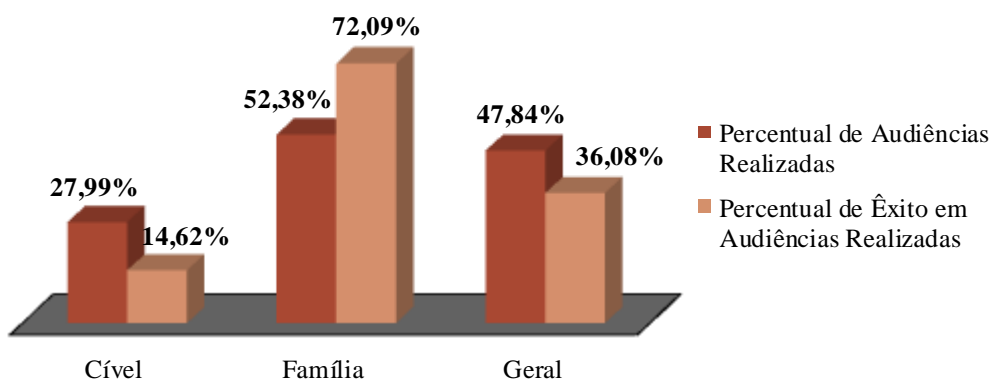


Fonte: SAJ-PG



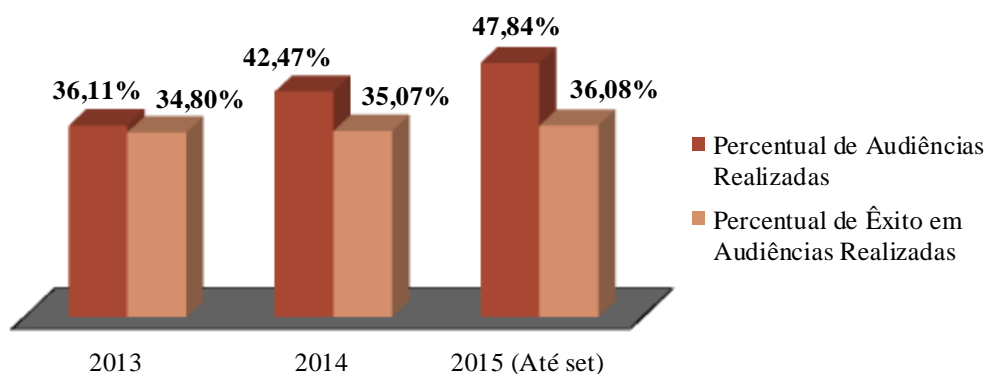
Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Gráfico 7 – Estatística dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por competência



Fonte: Cejusc

Gráfico 8 – Comparativo dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por ano



Fonte: Cejusc

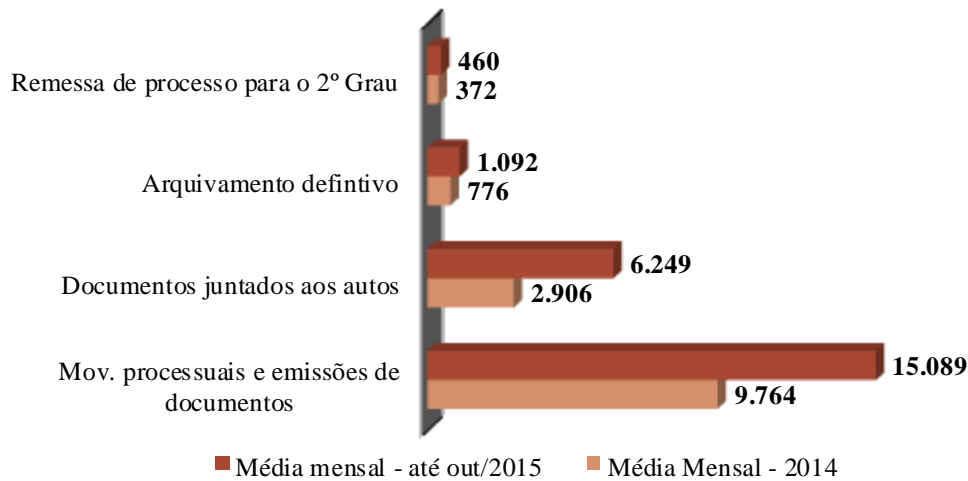
4.8.1 Atividades da Secretaria Judiciária Única de 1º Grau I – Varas da Fazenda Pública

A Secretaria Judiciária Única de 1º Grau de Jurisdição I atende às Varas da Fazenda Pública de Fortaleza e tem como atribuição a realização de análise dos atos judiciais, emissão de expedientes, juntada de mandados, devolução de cartas precatórias, arquivamento etc.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Gráfico 9 – Comparativo da produtividade mensal da Secretaria Judiciária de 1º Grau I – Varas da Fazenda Pública



Fonte: SAJ-PG

4.8.2 Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento - GARC

Os trabalhos do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento – GARC na atual gestão, iniciaram em março de 2015, quando assumiu a coordenação do grupo a Dra. Adayde Monteiro Pimentel, Juíza Titular da 24ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza.

O referido grupo é formado por um total de 55 servidores, sendo 5 auxiliando na coordenação e os demais nas varas. O grupo de 50 servidores é dividido entre as competências cível e criminal e em servidores que fazem expedientes e servidores que fazem minutas.

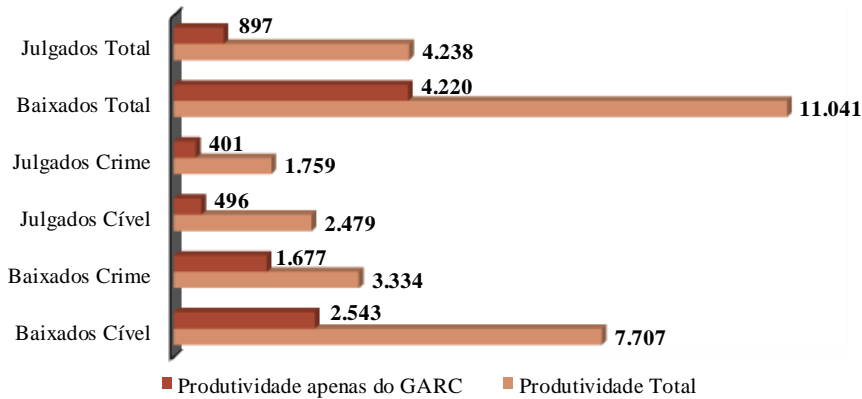
Os servidores trabalham 2 horas por dia fora do expediente de trabalho, de acordo com a portaria que instituiu o Grupo.

Em 2015 foram beneficiadas pelo trabalho do grupo varas cíveis, criminais, família, júri, delitos/tráfico entorpecentes e juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher.



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Gráfico 10 – Produtividade do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento – GARC de março a outubro de 2015



Fonte: GARC

Obs.: A Produtividade Total considera a produtividade do grupo e das secretarias de vara atendidas pelo grupo

4.8.3 Mutirão de perícias judiciais em ações acidentárias

O Cejusc/FCB firmou parceria com a Defensoria Pública da União ao final de 2014 para a realização de mutirão de perícias médicas e audiências de conciliação em ações de acidente de trabalho envolvendo o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em 2015 referida parceria foi tornada definitiva e contínua.

Até novembro do exercício em curso foram agendadas aproximadamente 66 perícias judiciais, distribuídas nos dias 22 e 23 de janeiro; 03 e 04 de maio; 05, 06, 12 e 13 de maio; 08 e 09 de julho; 14 e 18 de setembro; e 13, 14, 20 e 21 de outubro.

4.8.4 Mutirões diversos

No ano de 2015 foram realizados 5 Mutirões Processuais envolvendo uma quantia de 3.694 audiências.

No mês de abril foi realizado 01 Mutirão de conciliação envolvendo ações de alimentos de 07 Secretarias das Varas de Família. O evento contou com 270 processos, distribuídos em 04 salas de audiência, cada uma com 03 mesas de conciliação, nos dias 14 e 15 de abril do corrente ano, nos dois turnos.

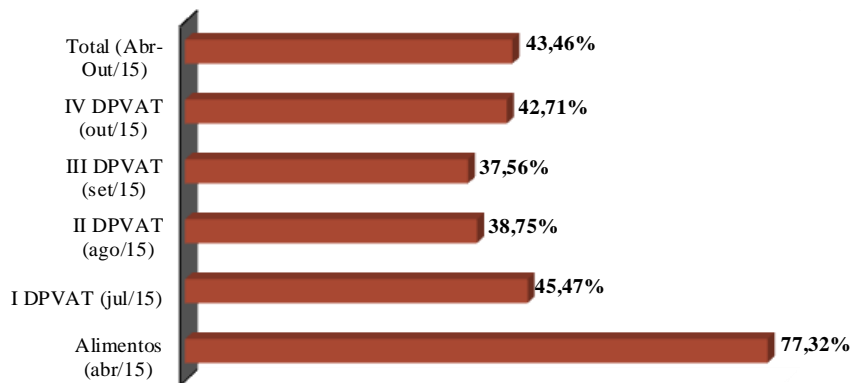


Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Os outros 4 eventos foram relativos a Mutirões de Perícia e Conciliação em Ações de DPVAT, que aconteceram nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, possuindo mais um evento realizado no período de 23 a 27 do mês de novembro, com processos da 20^a, 32^a e 35^a Varas Cíveis, tendo sido agendadas 1123 audiências.

A seguir são discriminados os resultados dos mutirões efetivados em 2015, em termos de percentual de êxito das audiências realizadas:

Gráfico 11 – Resultados dos mutirões realizados pelo Cejusc em 2015 (Percentual de Êxito das Audiências Realizadas)



FONTE: Cejusc

5. MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1 Iniciativas conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Em 2015, a Setin concluiu 51 iniciativas e está atualmente em concepção/execução de outras 12, todas voltadas para a modernização e gestão de TI. Tais iniciativas estão listadas nas tabelas abaixo, que foram divididas nas áreas de Sistemas (Tabela 20), Portais e Formulários (Tabela 21) e Infraestrutura de TI (Tabela 22).



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Tabela 20: Iniciativas voltadas para Sistemas

| Nome | Objetivos/Entregas | Unidades Envolvidas | Fase Atual |
|--|---|---------------------|------------|
| Implementação das Regras de Extração das Metas do CNJ – 2015 | Implementação das Regras de Extração das Metas do CNJ – 2015. | SEPLAG | Concluído |
| Disponibilização das Metas do CNJ na Ferramenta de BI | Disponibilização das Metas do CNJ na Ferramenta de BI. BI – SPROC – Metas 0, 1, 2, 4 e 6. BI – Taxa de Congestionamento. | SEPLAG | Concluído |
| Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento | Disponibilização de relatório por unidade para a SEPLAG. | SEPLAG | Concluído |
| Painel de Monitoramento “Gestão à Vista” | Implantação do Painel de Monitoramento “Gestão à Vista” (1º e 2º graus) – Distribuição e Protocolo. | SEPLAG | Concluído |
| Baixa Administrativa de Processos SPROC | Baixa definitiva dos processos judiciais de competência de segunda instância, cadastrados no sistema SPROC (Portaria nº 654/2015 e Portaria nº 654/2015). | SEJUD | Concluído |
| SAJSG | Expansão do módulo de voto provisório para 8ª câmara cível e implantação de versão (1.8.2 – X). | SEJUD | Concluído |
| Processo “cumprir alvará de soltura” | Expansão e evolução do processo “cumprir alvará de soltura”. | CIAAC | Concluído |
| Peticionamento Eletrônico 2º Grau | Implantação do Peticionamento de 2º Grau – TJ, Turmas Recursais Fazendárias e Precatórios. | SEJUD | Concluído |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | |
|---|--|-------|-----------|
| | movimentações orçamentárias do sistema do governo do Estado do Ceará (S2GPR). | | |
| SESMEC | Implantação do Sistema Acadêmico da ESMEC. | ESMEC | Concluído |
| Ativação do Serviço de Aviso de Contracheques | Ativação de serviço que informa aos servidores quando da disponibilização do contracheque. | SGP | Concluído |
| Automatização do Relatório de Atos Praticados | Automatização do Relatório de Atos Praticados pelos Cartórios da Região Metropolitana e Fortaleza. | SEFIN | Concluído |
| Desenvolvimento do Padrão de Interface de Sistemas 2.0 | Criação do novo padrão de interfaces dos novos sistemas produzidos. | SETIN | Concluído |
| Desenvolvimento da Aplicação de Referência do TJCE | Desenvolvimento da aplicação de referência que servirá de base para os novos sistemas produzidos. | SETIN | Concluído |
| Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados | Configurações nos sistemas judiciais para controle de mandados no 2º grau. | SEJUD | Concluído |
| Ascensão Funcional | Implantação em folha da ascensão funcional para o período 2013-2014. | SGP | Concluído |
| Reestruturação Organizacional | Adaptação dos sistemas administrativos para atender à nova estrutura organizacional do TJCE. | SGP | Concluído |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | |
|---|--|------------------------|-----------|
| Isonomia Salarial | Aplicação da isonomia salarial no sistema de folha de pagamento. | SGP | Concluído |
| SISAUD | Desenvolvimento do Sistema de Auditoria. | AUDIN | Execução |
| Selo Extrajudicial Digital | Implantação em ambiente de pré-produção disponível para os cartórios piloto. | SEFIN | Execução |
| Construção do SISUFERMOJU | Construção do sistema unificado do Fermoju. | SEFIN | Execução |
| Contratação da Fábrica de Software | Contratação da nova fábrica de <i>software</i> para desenvolvimento de sistemas. | SETIN | Execução |
| Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação | Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação. | SETIN | Concepção |
| Processo Eletrônico | Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior. | Presidência | Concepção |
| Aprimoramento da Justiça Criminal | Execução de ações com vistas ao Aprimoramento da Justiça Criminal. | FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA | Concepção |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

Tabela 21: Iniciativas voltadas para Portais e Formulários

| Nome | Objetivos/Entregas | Unidades Envolvidas | Fase Atual |
|--|--|--------------------------------------|------------|
| Disponibilização de Novo Portal da Sala de Situação | Reformulação completa do portal da sala de situação da Presidência. | Presidência | Concluído |
| Formulário de Eleição do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau no Poder Judiciário | Disponibilização de formulário de eleição do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau no Poder Judiciário. | SETIN | Concluído |
| Formulário da Semana do Júri | Disponibilização de formulário para os juízes informarem o quantitativo de júris agendados e os realizados, diariamente, durante a Semana do Júri. | SETIN | Concluído |
| Formulário de Inscrição do Juiz Leigo | Formulário para inscrição de juiz leigo. | COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS | Concluído |
| Política de Gestão de Conteúdos da <i>Intranet</i> do TJCE | Proposição da Política de Gestão de Conteúdos da <i>Intranet</i> do TJCE (Portaria nº 305/2015). | SEPLAG | Concluído |
| Formulário de Pesquisa de Satisfação de Instalações | Disponibilização do Formulário de Pesquisa de Satisfação de Instalações. | SECAD | Concluído |
| Formulário Prêmio de Melhores Práticas de Gestão | Disponibilização do Formulário Prêmio de Melhores Práticas de Gestão. | SEPLAG | Concluído |
| Formulário Gestão por Competências | Disponibilização do Formulário Gestão por Competências. | SGP | Concluído |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | |
|---|---|----------------------------------|------------|
| Formulário Pesquisa Leitor Biométrico | Disponibilização de Formulário de Pesquisa dos Leitores Biométricos. | SGP | Concluído |
| Atualização do <i>Clipping</i> | Atualização da ferramenta que agrupa as principais notícias de interesse do TJCE, com incorporação à nova <i>Intranet</i> . | ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | Concluído |
| Modernização dos Portais (<i>Internet e Intranet</i>) | Modernização dos Portais de <i>Internet</i> e <i>Intranet</i> do Poder Judiciário. | SEPLAG | Concluído* |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

*Aguardando autorização da Assessoria de Comunicação Social para disponibilização.

Tabela 22: Iniciativas voltadas para Infraestrutura de TI

| Nome | Objetivos/Entregas | Unidades Envolvidas | Fase Atual |
|--|---|---------------------|------------|
| Reorganização do Armazenamento de Dados | Liberação de espaço em disco para os equipamentos de armazenamento de dados. | SETIN | Concluído |
| Implantação da Virtualização dos Servidores de Homologação com a Tecnologia <i>Hyper-V</i> | Redução de custos. | SETIN | Concluído |
| Implantação do Projeto Impressão do TJCE | Redução de custos, atualização de equipamentos e implantação de serviço de impressão. | Presidência | Concluído |
| Normatização do Programa de Segurança Corporativa da Informação | Criação de Grupo para Implantação da Segurança Corporativa no Poder Judiciário. | Presidência | Concluído |
| Implantação do Novo Contrato de <i>Service Desk</i> | Redução de custos e melhoria do serviço de atendimento ao usuário de TI (CATI). | SETIN | Concluído |
| Recebimento do Termo de Doação CNJ (<i>Scanners</i>) | Distribuição de <i>scanners</i> para o 1º grau. | SETIN | Concluído |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | |
|---|--|-------|-----------|
| Recebimento de Doação de Computadores do CNJ | Recebimento de 896 computadores como doação do CNJ para distribuição para o 1º Grau. | SETIN | Concluído |
| Compra de certificados digitais | Aquisição de certificado digital para utilização nos sistemas e aplicativos do Poder Judiciário. | SETIN | Concluído |
| Contratação do suporte AIX | Manutenção de equipamentos de suporte ao processo eletrônico. | SETIN | Concluído |
| Aquisição de <i>scanners</i> | Distribuição de <i>scanners</i> para FCB, TJCE e Maracanaú. | SETIN | Concluído |
| Acesso à <i>internet</i> | Nova contratação de serviço de acesso à <i>internet</i> . | SETIN | Concluído |
| Aumento na segurança dos serviços e sistemas oferecidos com a atualização do sistema operacional dos servidores | Atividade de rotina para redução de riscos nos serviços e sistemas oferecidos. | SETIN | Concluído |
| Atendimentos da CATI | Atendimento de mais de 137.000 chamados por meio da Central de Atendimento de TI – CATI. | SETIN | Concluído |
| Atualizações em Sistemas e na Infraestrutura | Execução de 767 atualizações em sistemas informatizados e na infraestrutura de TI. | SETIN | Concluído |
| Certificados Digitais | Emissão e renovação de 297 certificados digitais. | SETIN | Concluído |
| Revisão de Perfis e Acesso aos sistemas | Revisão de Perfis e Acesso aos sistemas. | SETIN | Concluído |
| Contratação da manutenção corretiva das <i>blades</i> | Manutenção de equipamentos de suporte ao processo eletrônico. | SETIN | Execução |
| Compra de fitas de <i>backup</i> | Aquisição de insumo para realização de <i>backup</i> . | SETIN | Execução |



Relatório de Desempenho da Gestão 2015 – Tribunal de Justiça

| | | | |
|---|--|-------|-----------|
| Contratação de garantia da solução de <i>backup</i> , <i>Tape</i> 3500 e <i>drive</i> LTO | Manutenção de equipamentos de suporte ao processo eletrônico. | SETIN | Execução |
| Projeto Comunicação de Dados | Aquisição de equipamentos e serviços de suporte ao processo eletrônico. | SETIN | Concepção |
| Implantação de Videoconferência | Implantação de videoconferência corporativa para reuniões virtuais no TJCE, com o CNJ e outros tribunais, além de presídios. | SETIN | Concepção |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

5.2 Aprimoramento do Trâmite de Precatórios nos Sistemas SAJSG e SAPRE

Encontram-se em fase de produção e implementação no Sistema de Automação do Judiciário – SAJSG novos fluxos de trabalho relacionados aos precatórios, a saber:

- i. Fluxo Precatórios
- ii. Fluxo Prioridade
- iii. Fluxo Sequestro
- iv. Fluxo Processos Novos
- v. Fluxo em Pagamentos
- vi. Fluxo Processos Administrativos.

No momento em que entrarem em vigor, referidos fluxos proporcionarão maior clareza e dinâmica no acompanhamento dos diversos procedimentos em andamento na Assessoria de Precatórios.

De igual forma, que esforços foram envidados ao longo de 2015 no sentido de produzir melhorias no sistema SAPRE, objetivando agilizar o cadastramento e envio de novos requisitórios pelos juízos da execução, bem como adequar a funcionalidade de cálculos do referido sistema à metodologia de atualização dos precatórios utilizada por este Tribunal de Justiça do Estado.

Referidas ações estão sendo conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, em parceria com a Assessoria de Precatórios.